



lia.idp

Laboratório de governança e regulação  
de inteligência Artificial

Relatório de Pesquisa

# Mapeando riscos da IA no Poder Judiciário Brasileiro

Como citar este documento:

Caballero, B. I.; Meier, I. F.; Lopes, J. G.; Junquilho, T. A.; Menezes de Azevêdo, U. Relatório de pesquisa: mapeando riscos da IA no Poder Judiciário brasileiro. Org. Tainá Aguiar Junquilho e Laura Schertel Ferreira Mendes. Revisão: Ian Ferrare Meier e Tainá Aguiar Junquilho. Brasília: Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial (LIA) do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2024.

## Relatório de Pesquisa: Mapeando riscos da IA no Poder Judiciário Brasileiro

### Organizadoras

Tainá Aguiar Junquilho  
Laura Schertel Ferreira Mendes

### Autores

Berto Igor Caballero  
Ian Ferrare Meier  
Janaína Gomes Lopes  
Tainá Aguiar Junquilho  
Uirá Menezes de Azevêdo

### Revisores

Ian Ferrare Meier  
Tainá Aguiar Junquilho

### Diagramadora

Camila Fernanda Campos dos Santos

**43.2 MB | PDF**

**45 páginas**

**1ª edição, 2024**

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial, Direito, Poder Judiciário, Sinapses, Riscos

**Assunto geral:** RISCOS DA IA NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

**Público alvo:** cidadãos e pesquisadores em Inteligência Artificial

### Agradecimentos

Ana Luísa Tarter  
Eduarda Costa  
Laura Schertel Mendes  
Mateus Meira Lima

# SUMÁRIO

<b>1. O que é o LIA IDP?</b>	<b>04</b>
<b>2. O que é este relatório?</b>	<b>06</b>
<b>3. Termos básicos para a compreensão do relatório</b>	<b>08</b>
3.1 A plataforma Sinapses	<b>09</b>
3.2 Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial no Poder Judiciário	<b>10</b>
3.3 O que significa uma abordagem baseada em níveis de risco?	<b>10</b>
3.4 Quais as hipóteses atuais de riscos previstas pela minuta da Resolução?	<b>11</b>
3.5 Medidas de governança por nível de risco	<b>13</b>
<b>4. Metodologia do mapeamento</b>	<b>14</b>
<b>5. Resultados do estudo</b>	<b>17</b>
5.1 Projetos classificados somente como de baixo risco	<b>18</b>
5.2 Projetos classificados somente como de alto risco	<b>19</b>
5.3 Existem projetos que seriam de risco excessivo?	<b>19</b>
5.4 Gráfico dos resultados	<b>20</b>
<b>6. Conclusões parciais do estudo</b>	<b>22</b>
<b>7. Referências bibliográficas</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO I - Tabela de Classificação</b>	<b>27</b>



01

# O QUE É O LIA IDP?

---

## 1. O QUE É O LIA IDP?

O [\*\*Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial \(LIA\)\*\*](#), iniciativa vinculada ao [\*\*Centro de Direito, Internet e Sociedade \(CEDIS\)\*\*](#) do [\*\*Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa \(IDP\)\*\*](#), dedica-se a contribuir com a construção do conhecimento analítico sobre as aplicações, desenvolvimento e usos da Inteligência Artificial (IA) na sociedade. Trata-se de [\*\*grupo de pesquisa\*\*](#) voltado a ser referência na articulação multisectorial para a construção de conhecimentos sobre a aplicabilidade e os diversos impactos da IA nos processos produtivos, econômicos, culturais, sociais e políticos da sociedade contemporânea.

Entre as atividades do laboratório, temos reuniões sobre temas emergentes, estudos de casos, e esforços voltados a manter seus membros atualizados com o que há de mais recente no campo da IA, do desenvolvimento dos seus marcos regulatórios, da sua governança e da gestão dos seus riscos. Como decorrência, são produzidos produtos como eventos temáticos, relatórios técnicos acessíveis ao público e artigos acadêmicos.

O laboratório está fundamentado em princípios de ética, governança, transparência, responsabilidade social, sustentabilidade, diversidade, inovação e conhecimento. Visa-se contribuir significativamente para a construção de um conhecimento analítico sobre a aplicação da IA na sociedade da informação e seus impactos.

A coordenação do laboratório é exercida pelas Professoras [\*\*Laura Schertel Mendes\*\*](#) e [\*\*Tainá Aguiar Junquillo\*\*](#). Sua equipe tem se desenvolvido e conta atualmente com 22 membros, entre pesquisadores, líderes de linha de pesquisa e consultores.

O presente relatório foi elaborado pelos pesquisadores da Linha de Pesquisa “Inteligência Artificial e Poder Judiciário”.

[\*\*Inscreva-se em nosso boletim mensal\*\*](#) e acompanhe as últimas notícias no campo da IA.

# 02

## O QUE É ESTE RELATÓRIO?

## 2. O QUE É ESTE RELATÓRIO?

Este estudo tem por objetivo geral realizar o mapeamento dos projetos de IA catalogados na Plataforma Sinapses - plataforma nacional mantida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tem como uma de suas finalidades armazenar os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos e aplicados no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 332/2020).

O presente Relatório tem como objeto o mapeamento da descrição dos 140 Projetos constantes na Plataforma Sinapses no [Painel da Pesquisa sobre IA de 2023](#).

Os objetivos do mapeamento e classificações apresentadas neste trabalho são:

- Contribuir com a avaliação de riscos dos projetos de IA atualmente cadastrados na plataforma Sinapses;
- Compreender desafios e possibilidades de aplicação da proposta normativa de Resolução (n. 332) apresentada pelo [Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário](#) instituído pela Portaria n. 338/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Avaliar eventuais imprecisões no cadastro das ferramentas de IA no Sinapses;
- Apresentar pesquisa e avaliação acadêmica sobre os impactos e interação dessa tecnologia com o Direito.

O mapeamento pretende, portanto, colaborar com a classificação dos projetos de IA existentes no Poder Judiciário brasileiro e apresentar possibilidades de melhorias na [transparência de informações](#). A discussão reforça a pertinência e importância das informações que podem ser extraídas deste trabalho, inclusive para basear futuras pesquisas.

**BOA LEITURA!**

# 03

## TERMOS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DO RELATÓRIO

---

### 3. TERMOS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DO RELATÓRIO

#### 3.1 A plataforma Sinapses

Acessível ao público em [endereço eletrônico mantido pelo CNJ](#), a Plataforma Sinapses apresenta informações organizadas em interface interativa para o usuário, dentre as quais destaca-se o “Painel de Projetos de IA no Poder Judiciário”. Trata-se de plataforma criada pela Resolução n. 332 de 2020 para “armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de Inteligência Artificial, além de estabelecer os parâmetros de sua implementação e funcionamento” ([CNJ](#)).

A Plataforma Sinapses surgiu em 2017 no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), com o intuito de ser uma ferramenta de gerenciamento do uso de modelos de Inteligência Artificial (IA) no âmbito judicial. No entanto, devido à sua ampla capacidade de coordenar e unificar em uma plataforma o supervisionamento de treinamentos e desenvolvimentos de IAs no Poder Judiciário, ao fim de 2018, o Conselho Nacional de Justiça adaptou a Sinapses para ser utilizada em escala nacional, como uma das iniciativas do [Programa Justiça 4.0](#), desenvolvido para incentivar o emprego de novas tecnologias para aproximar o sistema judiciário brasileiro da sociedade.

O painel é atualizado com periodicidade anual. O mais recente apresenta os resultados do levantamento de 2023 sobre informações de projetos de Inteligência Artificial (IA) desenvolvidos e implementados pelos tribunais que compõem o Poder Judiciário brasileiro, as quais são por estes encaminhadas para o controle e a fiscalização pelo Conselho Nacional de Justiça.

Painel de Projetos de IA no Poder Judiciário - 2023



Painel de Projetos de IA no Poder Judiciário – 2023

Painel que apresenta os resultados do levantamento de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre projetos de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário.

Fonte: Painel de Projetos de IA no Poder Judiciários - Plataforma Sinapses (CNJ).<sup>1</sup>

Na última atualização de agosto de 2024<sup>2</sup>, e até a finalização deste relatório de pesquisa, o painel indicava a existência de 140 projetos de IA existentes no Poder Judiciário brasileiro<sup>3</sup>. Esse número representa uma redução de 11,90% em comparação com a quantidade de projeto de IA no Painel de Projetos de IA da Plataforma Sinapses em 2022, o qual elencou 146 projetos. Não há justificativas no site da plataforma para a redução do número.

<sup>1</sup> Idem.

<sup>2</sup> Conforme atualização em 07/08/2024, às 12:00:34. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistemas/plataforma-sinapses/paineis-e-publicacoes/>>. Acesso em 7 de agosto de 2024.

<sup>3</sup> Conforme atualização em 07/08/2024, às 12:00:34. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistemas/plataforma-sinapses/paineis-e-publicacoes/>>. Acesso em 7 de agosto de 2024.

## 3.2 Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial no Poder Judiciário

O Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Inteligência Artificial foi instituído pela [Portaria Presidência nº 338, de 30 de novembro de 2023](#), com a finalidade de atualizar a [Resolução n. 332/2020](#). Este grupo multidisciplinar compôs-se por 30 membros, incluindo conselheiros do CNJ, ministros do Superior Tribunal de Justiça, desembargadores federais, juízes auxiliares, promotores de justiça, advogados e professores universitários, todos trazendo vasta experiência e conhecimento em suas respectivas áreas.

Os trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) foram estruturados em torno de um plano de trabalho detalhado e um cronograma rigoroso de atividades, que incluíram reuniões ordinárias e extraordinárias, além da divulgação periódica das atividades desenvolvidas no portal do CNJ. Com o apoio da Secretaria Executiva, composta pelos servidores Bruno Crasnek Luz e Juliana Silva Menino Alencastro Veiga, o GT focou em elaborar relatórios parciais e um relatório final descritivo das atividades, resultados alcançados e orientações para a melhoria contínua das ações futuras.

A coordenação do GT também teve a flexibilidade de convidar autoridades e especialistas para reuniões e debates, propor a realização de audiências públicas e eventos, e solicitar auxílio de magistrados e servidores do CNJ e de outros órgãos do Poder Judiciário. Essas medidas visavam garantir a eficiência e a abrangência das atividades, permitindo um debate amplo e técnico sobre os desafios e oportunidades do uso da IA na justiça brasileira.

Após as discussões, o GT propôs Minuta de texto para debate em audiência pública que acontecerá entre os dias 25 e 27 de setembro, na sede do CNJ, em Brasília. “O objetivo é aprofundar as discussões sobre a regulamentação do uso de sistemas de inteligência artificial generativa baseada em grandes modelos de linguagem no Judiciário. A audiência pública será presidida pelo presidente da Comissão de Tecnologia da Informação e Inovação do CNJ, conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho” ([CNJ](#)).

O trabalho desenvolvido pelo GT reflete o compromisso do CNJ em inovar e melhorar continuamente o sistema judiciário por meio de tecnologias avançadas, promovendo uma justiça mais eficiente, acessível e transparente.

## 3.3 O que significa uma abordagem baseada em níveis de risco?

Assim como o [Projeto de Lei 2.338/2023](#), em tramitação na Comissão Temporária de Inteligência Artificial (CTIA) no Senado Federal, chamado de Marco Legal da Inteligência Artificial, a Proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário traz uma regulamentação baseada na classificação de riscos.

“O que isso significa? Uma opção regulatória que segue a seguinte lógica: quanto maior a possibilidade de afetação aos princípios e fundamentos previstos em especial” nos artigos 2º e 2º-A da [minuta](#), “maiores deveres os atores que participam do ciclo de vida da IA deverão respeitar. Alguns desses riscos são tão elevados que tornam-se inaceitáveis e, por isso, são banidos” ([Junquillo; Caballero; Ferreira, 2024](#)).

A atual redação do PL n. 2338/23 classifica como alto risco as soluções de IA desenvolvidas e utilizadas na “administração da justiça, no que toca o uso sistemas que auxiliem autoridades judiciais em investigação dos fatos e na aplicação da lei quando houver **risco às liberdades individuais e ao Estado democrático de direito, excluindo-se os sistemas que auxiliem atos e atividades administrativas**” (Art. 14, VI).

O Projeto de Lei é uma proposta de regulação geral, isso é, cuja aplicação das especificidades deve ser complementada por setor pelo órgão competente à luz dos desafios especiais (Junquillo, 2022). Nesse sentido, coube ao Grupo de Trabalho do CNJ destrinchar as hipóteses por nível de risco, como órgão competente e responsável pela compreensão das particularidades das soluções de IA aplicadas ao sistema de Justiça.

### 3.4 Quais as hipóteses atuais de riscos previstas pela minuta da Resolução?

A atual redação proposta prevê no Capítulo III-A a categorização em três níveis de risco:

- 1) excessivo (art. 7º- B) - hipóteses vedadas;**
- 2) alto risco (art. 7º- C) - hipóteses que deverão seguir medidas de governança mais rigorosas para serem utilizadas ou desenvolvidas pelos tribunais;**
- 3) baixo risco (art. 7º- D) - hipóteses que deverão seguir medidas de governança menos rigorosas para serem utilizadas ou desenvolvidas pelos tribunais.**

A proposta de redação da Resolução prevê que a classificação de cada solução de IA será realizada pelos tribunais contratantes ou desenvolvedores, por meio da realização de avaliação preliminar das soluções, que poderão ser reclassificadas pelo Comitê de Inteligência Artificial do Conselho Nacional de Justiça (art. 7ºA).

Para uma melhor experiência do leitor deste relatório, seguem as redações dos arts. 7º- B ao 7º- D da minuta do ato normativo para facilitar a leitura dos detalhes de cada categoria de risco utilizadas como base do presente relatório:

#### CAPÍTULO III-A - DA CATEGORIZAÇÃO DOS RISCOS (NR)

[...]

Art. 7º- B São vedados ao Poder Judiciário, por acarretarem **risco excessivo** à segurança da informação, aos direitos fundamentais dos cidadãos e à independência dos magistrados, o desenvolvimento e a utilização de soluções:

I – que não possibilitem a revisão humana dos dados utilizados e dos resultados propostos ao longo de seu ciclo de treinamento, de desenvolvimento e de uso, ou que gerem vinculação absoluta do usuário ao resultado proposto;

II – que avaliem traços da personalidade, características ou comportamentos de pessoas naturais ou de grupos de pessoas naturais, para fins de avaliar o cometimento de crimes ou a probabilidade de reiteração delitiva;

III – que classifiquem ou ranqueiem pessoas naturais, com base no seu comportamento social ou em atributos da sua personalidade, para a avaliação da plausibilidade dos direitos por elas vindicados.

IV – que envolvam a identificação e a autenticação de padrões biométricos para o reconhecimento de emoções.' (NR)

Art. 7º- C Consideram-se de **alto risco** as soluções que utilizem técnicas de inteligência artificial desenvolvidas e utilizadas para as seguintes finalidades e contextos: (NR)

I – a identificação de perfis e de padrões comportamentais de pessoas naturais ou de grupos de pessoas naturais, em situações que não se encontram enquadradas como de risco excessivo

II – a avaliação da credibilidade e a valoração de elementos de provas em seus mais diversos tipos (documentais, testemunhais, periciais e outras), em ações criminais ou não;

III – a averiguação, a valoração e a interpretação de fatos voltados para a aplicação da norma jurídica, especialmente quando envolva a restrição de liberdades individuais, em ações criminais ou não;

IV – a formulação de juízos conclusivos sobre a aplicação da norma jurídica ou precedentes a um conjunto determinado de fatos concretos, inclusive para a quantificação ou a qualificação de danos suportados por pessoas ou grupos, em ações criminais ou não;

V – a identificação e a autenticação biométrica para o monitoramento de comportamento de pessoas naturais, excluindo-se a autenticação biométrica cujo único objetivo seja a confirmação da identidade de uma pessoa natural específica.' (NR)

Art. 7º- D Consideram-se de **baixo risco** as soluções que utilizem técnicas de inteligência artificial desenvolvidas e utilizadas para as seguintes finalidades e contextos:

I – execução de atos processuais ordinatórios ou de tarefas de apoio à administração judiciária, mediante a extração de informações de sistemas e de documentos, com a finalidade de classificação e agrupamento de dados e de processos, de enriquecimento de cadastros, de certificação e transcrição de atos processuais, de summarização de documentos, entre outras finalidades de gestão processual e operacional;

II – detecção de padrões decisórios ou de desvios de padrões decisórios, observado o caráter complementar da técnica de inteligência artificial, desde que não haja substituição de avaliação humana sobre processos e que seja destinado para uso interno do tribunal e de uniformização da jurisprudência;

III – fornecimento aos magistrados de subsídios para a tomada de decisão mediante relatórios gerenciais e análises que adotem técnica jurimétrica, com a integração de fontes de informação relevantes ou a detecção de padrões decisórios, desde que não haja substituição da avaliação humana e desde que a solução não realize valorações de cunho moral sobre provas ou sobre perfis e condutas de pessoas;

IV – produção de textos de apoio para facilitar a confecção de atos judiciais, desde que a supervisão e a versão final do documento sejam realizadas pelo magistrado, bem como as decisões acerca das preliminares e questões de mérito;

V – aprimoramento ou a formatação de uma atividade humana anteriormente concluída, desde que não se altere materialmente o seu resultado, ou a realização de uma tarefa preparatória para uma tarefa considerada como de alto risco

VI – realização de análises estatísticas para fins de política judiciária;

- VII – transcrição de áudio e vídeo para o auxílio das atividades do magistrado;
- VIII – anonimização de documento ou de sua exibição, especialmente para a proteção de dados pessoais. (NR)

### 3.5 Medidas de governança por nível de risco

No texto da minuta proposta, as medidas de governança estão previstas no Capítulo III-B e são as seguintes:

- Para soluções de baixo e alto risco as medidas de governança estão previstas nos arts. 7-E e 7-G da minuta, isso é, as obrigações mínimas para tribunais que desenvolvem e/ou utilizam IA são:

‘Art. 7º-E O Tribunal desenvolvedor ou contratante estabelecerão processos internos aptos a garantir a segurança dos sistemas, incluindo, ao menos, medidas de transparência quanto ao emprego e à governança de sistemas de IA e para a mitigação e prevenção de potenciais vieses discriminatórios.’ (NR)

[...]

‘Art. 7º-G O Tribunal desenvolvedor ou contratante deverá promover avaliação de impacto algorítmico da solução classificada na avaliação preliminar como de alto risco, nos termos do Art. 7º-C.

§1º A avaliação de impacto algorítmico consistirá em processo contínuo e executado conforme as diretrizes técnicas e os requisitos formulados pelo Comitê de Inteligência Artificial do CNJ. §2º As conclusões da avaliação de impacto serão públicas e disponibilizadas na plataforma Sinapses.’(NR)’

- Para as soluções de alto risco, são previstas no art. 7-F, medidas específicas e mais rigorosas:

‘Art. 7º-F Antes de ser colocada em produção, a solução que utilize modelos de Inteligência Artificial de alto risco deverá adotar as seguintes medidas de governança:

I – utilização de dados de treinamento, validação e teste que sejam adequados, representativos, contendo propriedades estatísticas apropriadas em relação às pessoas afetadas e levando em conta características e elementos específicos do contexto geográfico, comportamental ou funcional no qual o sistema de IA de alto risco será utilizado;

II – registro de fontes automatizadas e do grau de supervisão humana que tenham contribuído para os resultados apresentados pelos sistemas IA;

III – indicação dos objetivos e resultados pretendidos pelo uso do modelo de Inteligência Artificial;

IV – documentação, no formato adequado a cada agente de IA e à tecnologia usada, do funcionamento do sistema e das decisões envolvidas em sua construção, considerando todas as etapas relevantes no ciclo de vida do sistema;

V – utilização de ferramentas ou processos de registro automático da operação do sistema (log), de modo a permitir a avaliação de sua acurácia e robustez e a apurar potenciais resultados discriminatórios, e implementação das medidas de mitigação de riscos adotadas, com especial atenção para efeitos adversos;

VI – adoção de medidas para mitigar e prevenir vieses discriminatórios, bem como políticas de gestão e governança para promoção da responsabilidade social e sustentável;

VII – adoção de medidas técnicas para viabilizar a explicabilidade dos resultados dos sistemas de IA e de medidas para disponibilizar informações adequadas que permitam a interpretação dos seus resultados e funcionamento, respeitado o sigilo industrial e comercial.’ (NR)



04

## METODOLOGIA DO MAPEAMENTO

---

## 4. METODOLOGIA DO MAPEAMENTO

Para realização do mapeamento dos projetos, foram selecionados os projetos atuais cadastrados na Plataforma Sinapses - Painel de 2023. Isso é, para realização da classificação de cada solução por nível de risco, foram consideradas as descrições de cada uma, disponibilizadas na Plataforma Sinapses.

Além disso, utilizou-se para realização da classificação, o texto da minuta apresentada pelo Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário, em especial as hipóteses previstas nos artigos 7º-B a 7º-D.

A hipótese central da pesquisa foi a seguinte:

*a maioria dos projetos atualmente existentes na plataforma Sinapses e aplicados ao Judiciário brasileiro, encaixam-se nas hipóteses de **baixo risco** previstos na minuta de redação da Resolução n. 332, proposta e elaborada pelo Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário criado pela Portaria Nº 338 de 30/11/2023 expedida pelo Ministro Luís Roberto Barroso.*

À medida que foram sendo realizadas as classificações, surgiram dúvidas relacionadas à interpretação da redação normativa dos incisos e consequente classificação de alguns projetos. Desse modo, a equipe de pesquisadores debateu sobre as interpretações possíveis de alguns casos e chegou em conclusões (decisões discricionárias por consenso), apresentadas a seguir para fins de clareza metodológica e para que o leitor possa compreender da melhor forma este estudo.

- Para os fins deste relatório, e consideradas as descrições dos projetos e a minuta do ato normativo:

**1)** os projetos de *chatbots* são interpretados como ferramentas de baixo risco (art. 7º-D);

**2)** os projetos voltados a facilitar a triagem processual dos processos são interpretados como ferramentas de baixo risco (art. 7º-D);

**3)** os projetos que possuem a funcionalidade de apoiar ou exercer influência na elaboração de minutas de atos processuais ou relacionados à atividade jurisdicional são interpretados como ferramentas de alto risco (art. 7º-C);

**4)** os projetos que possuem relação com atividades de perícia são interpretados como ferramentas de alto risco (art. 7º-C);

**5)** os projetos que buscam avaliar as chances de um caso ser resolvido em um processo de conciliação são interpretados como ferramentas de alto risco (art. 7º-C);

**6)** o projeto “SCDE - Sistema de Combate à Desinformação nas Eleições”, do TRE-PE, de descrição abaixo, é interpretado como uma ferramenta de risco excessivo, se enquadrando no exemplo do art. 7º-B, II:

O objetivo do projeto foi construir um framework para combater a desinformação e conteúdos falsos relacionados à Justiça Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e ao pro-

cesso eleitoral, nas diferentes fases e aos atores nele envolvidos, de forma proativa. Para tanto, o sistema monitora as redes sociais X (antigo Twitter) e Reddit, analisa postagens escritas nessas mídias e identifica possíveis depoimentos que necessitem de esclarecimentos. Uma vez identificada essa “desinformação”, o sistema envia um material, que foi previamente produzido, para “corrigir” a informação falsa que foi divulgada.

**7)** o projeto “Predição de risco de revitimização em violência doméstica”, do TJCE, de descrição abaixo, é interpretado como uma ferramenta de risco excessivo, se enquadrando no exemplo do art. 7º-B, II:

Construção de uma ferramenta de predição de risco de revitimização em violência doméstica contra a mulher tendo como base as perguntas e respostas do formulário nacional de avaliação de risco as informações históricas dos processos judiciais.

**Nota importante:** salientamos que o LIA coloca-se à disposição em seus canais de comunicação e redes sociais, caso as equipes dos tribunais desejem nos contatar para sanar dúvidas, criticar e esclarecer projetos e/ou contestar a classificação realizada neste estudo.

A faint, stylized image of a balance scale is visible in the background of the left column. The scale has two pans, one on each side of a central vertical beam. The beam has a circular weight at its bottom. The background is a dark blue.

05

## RESULTADOS DO ESTUDO

---

## 5. RESULTADOS DO ESTUDO

Conforme exposto anteriormente na metodologia da pesquisa, os resultados a seguir levam em consideração o universo de 140 projetos cadastrados na plataforma Sinapses 2023. Destes, **8 projetos<sup>4</sup>** não forneciam informações suficientes em suas descrições, o que impossibilitou a realização de análise pelos pesquisadores e a identificação com algum dos incisos dos arts. **7º-B (risco excessivo), 7º-C (alto risco) e 7º-D (baixo risco).**

Dessa forma, **132 projetos** receberam alguma classificação no estudo. E se faz necessário dizer que “receber alguma classificação” significa que a descrição dos projetos, fornecidas à **Sinapses** pelos tribunais e conselhos que os criaram ou administram, apresentava um detalhamento que permitiu, ainda que minimamente, compreender sua atividade principal e realizar a análise de identificação com os incisos dos artigos dispostos acima.

Um último ponto importante para a compreensão dos dados a seguir é que é natural que um mesmo projeto apresente mais de uma funcionalidade para o usuário. Assim sendo, não apenas é possível, mas também foi observado que um mesmo projeto pode se identificar com os incisos de mais de uma categoria de risco.

### 5.1 Projetos classificados somente como de baixo risco

A análise dos pesquisadores demonstrou que **91 projetos** possuem funcionalidades que se identificam com um ou mais incisos do art. 7º-D. Não são contabilizados aqui os projetos que receberam dupla classificação, ou seja, que possuem algumas funcionalidades que se identificam com os incisos de baixo risco e outras que se identificam com os incisos de alto risco.

É um exemplo de projeto cadastrado no SINAPSES 2023 e classificado como de baixo risco, conforme a minuta do ato normativo:

**Nome do projeto:** Transcrição de vídeos de audiências

**Tribunal ou conselho responsável:** TRT17

**Descrição do projeto:** O projeto consiste em disponibilizar, junto aos vídeos das audiências, a sua transcrição. Para isso, o projeto faz uso de um modelo pré-treinado de reconhecimento automático de fala pra gerar as transcrições.

**Redação do inciso do art. 7º-D com que houve identificação:**

Art. 7º-D Consideram-se de baixo risco as soluções que utilizem técnicas de inteligência artificial desenvolvidas e utilizadas para as seguintes finalidades e contextos:

[...]

VII – transcrição de áudio e vídeo para o auxílio das atividades do magistrado;

<sup>4</sup> Os projetos e respectivos tribunais são os seguintes:

(i) “Integração de solução do TJDF para classificação de processos no PJE (Toth)” (TSE), (ii) “AI-R2” (TRT6), (iii) “Plataforma de chat” (TRT9), (iv) “Projeto AuditAI-Tecnologia Inteligente para Auditoria” (TRT23), (v) “JANUS - Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação” (TRE-DF), (vi) “Janus” (TRE-CE), (vii) “Implantação do sistema JANUS, desenvolvido pelo TRE-BA” (TRE-AC), (viii) “Sebastiana” (TJPB). Destaca-se que os dois primeiros projetos foram classificados dessa forma em razão de não terem detalhado as funcionalidades da ferramenta no cadastro do SINAPSES 2023 e terem adicionado um link no lugar. O link escrito no projeto do TSE direciona para um site onde há um artigo sobre a ferramenta. Por sua vez, o link escrito no projeto do TRT6 direciona para uma notícia de conteúdo curto, que também não acrescenta informações suficientes, se fosse o caso de considerá-la. Informações sobre as funcionalidades dos projetos cadastrados presentes fora do Sinapses 2023 não foram considerada para as análises deste relatório.

Isso é, confirmou-se a hipótese de que a maioria das soluções de IA utilizadas ou desenvolvidas atualmente (setembro de 2024) pelos tribunais brasileiros precisa seguir as determinações gerais de transparência, fundamentos e princípios e não se encaixa nas exigências mais rigorosas de governança atribuídas para soluções de IA de alto risco.

## 5.2 Projetos classificados somente como de alto risco

O estudo demonstrou que **26 projetos** possuem funcionalidades que se identificam com um ou mais incisos do art. 7º-C. Não são contabilizados aqui os projetos que receberam dupla classificação, ou seja, que possuem algumas funcionalidades que se identificam com os incisos de alto risco e outras que se identificam com os incisos de baixo risco.

É um exemplo de projeto cadastrado no SINAPSES 2023 e classificado como de alto risco, conforme a minuta do ato normativo:

**Nome do projeto:** Intelligentia

**Tribunal ou conselho responsável:** TRF2

**Descrição do projeto:** Identificar com precisão os processos atingidos por determinação de sobreestamento dos Tribunais Superiores e identificar de maneira mais célere o tema aplicável em casos de demandas repetitivas através de automação de alguns procedimentos como a identificação de processos similares usando a busca pelo número ou pelo tema. Para a similaridade por número de processo são calculados os vetores dos documentos dos processos usando-se o modelo LegalNLP e realizados os cálculos vetoriais para determinação de similaridade. Para a sugestão do tema aplicável ao processo, o documento é submetido a uma tabela previamente classificada e por comparação textual (BM25) e este recebe os temas já atribuídos ao processo mais similar. Inicialmente o público alvo foi a Vice-Presidência e com previsão de expansão para os Gabinetes com interesse em matéria tributária.

**Redação do inciso do art. 7º-C com que houve identificação:**

Art. 7º-C Consideram-se de alto risco as soluções que utilizem técnicas de inteligência artificial desenvolvidas e utilizadas para as seguintes finalidades e contextos: (NR)

[...]

IV – a formulação de juízos conclusivos sobre a aplicação da norma jurídica ou precedentes a um conjunto determinado de fatos concretos, inclusive para a quantificação ou a qualificação de danos suportados por pessoas ou grupos, em ações criminais ou não;

## 5.3 Existem projetos que seriam de risco excessivo?

A pesquisa demonstrou que **2 projetos** possuem funcionalidades que se identificam com algum dos incisos do art. 7º-B. São os projetos:

**Nome do 1º projeto:** SCDE - Sistema de Combate à Desinformação nas Eleições.

**Tribunal ou conselho responsável:** TRE-PE.

**Descrição do projeto:** O objetivo do projeto foi construir um framework para combater a desinformação e conteúdos falsos relacionados à Justiça Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral, nas diferentes fases e aos atores nele envolvidos, de forma

proativa. Para tanto, o sistema monitora as redes sociais X (antigo Twitter) e Reddit, analisa postagens escritas nessas mídias e identifica possíveis depoimentos que necessitem de esclarecimentos. Uma vez identificada essa “desinformação”, o sistema envia um material, que foi previamente produzido, para “corrigir” a informação falsa que foi divulgada.

**Redação do inciso do art. 7º-B com que houve identificação:**

Art. 7º-B São vedados ao Poder Judiciário, por acarretarem risco excessivo à segurança da informação, aos direitos fundamentais dos cidadãos e à independência dos magistrados, o desenvolvimento e a utilização de soluções:

[...]

II – que avaliem traços da personalidade, características ou comportamentos de pessoas naturais ou de grupos de pessoas naturais, para fins de avaliar o cometimento de crimes ou a probabilidade de reiteração delitiva;

—

**Nome do 2º projeto:** Predição de risco de revitimização em violência doméstica.

**Tribunal ou conselho responsável:** TJCE.

**Descrição do projeto:** Construção de uma ferramenta de predição de risco de revitimização em violência doméstica contra a mulher tendo como base as perguntas e respostas do formulário nacional de avaliação de risco as informações históricas dos processos judiciais.

**Redação do inciso do art. 7º-B com que houve identificação:**

Art. 7º-B São vedados ao Poder Judiciário, por acarretarem risco excessivo à segurança da informação, aos direitos fundamentais dos cidadãos e à independência dos magistrados, o desenvolvimento e a utilização de soluções:

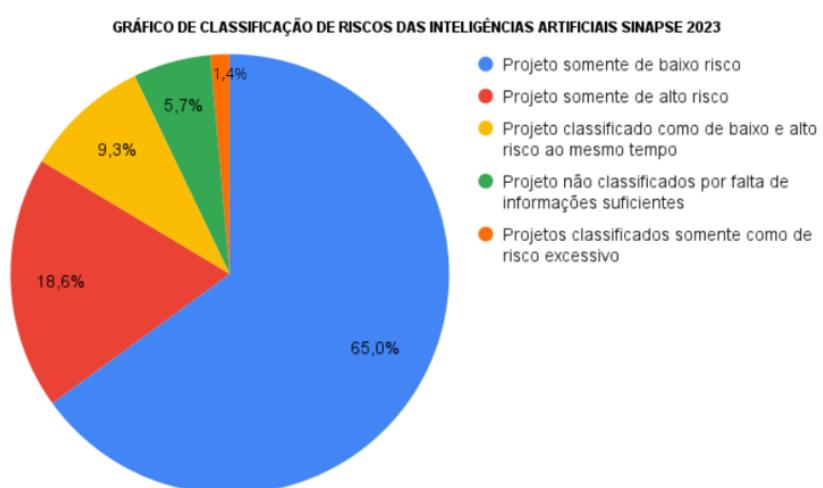
[...]

II – que avaliem traços da personalidade, características ou comportamentos de pessoas naturais ou de grupos de pessoas naturais, para fins de avaliar o cometimento de crimes ou a probabilidade de reiteração delitiva;

## 5.4 Gráfico dos resultados

A seguir segue gráfico com os resultados gerais apresentados:

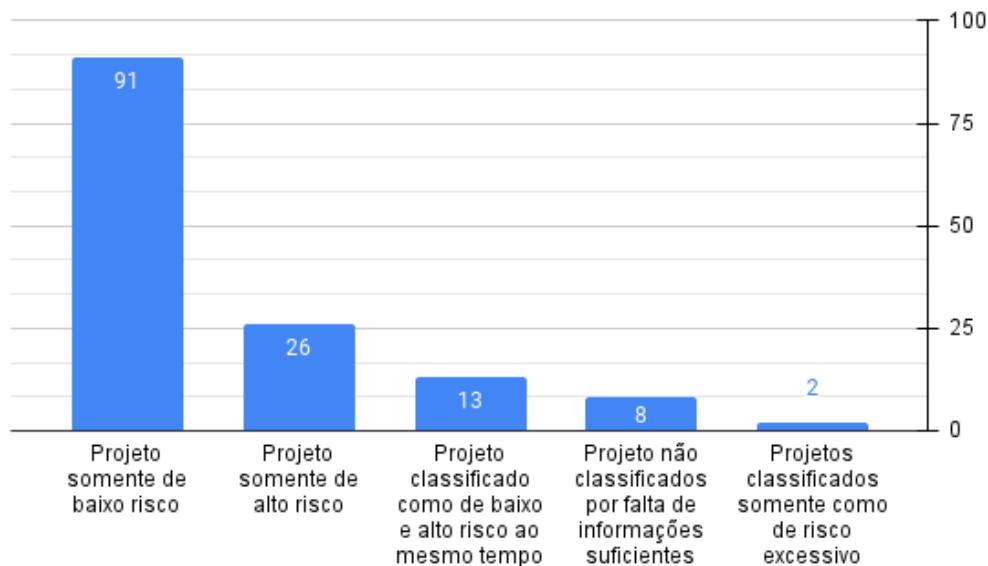
**Gráfico 1 - classificação de riscos**



Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 2 - quantidade de projetos classificados por nível de risco** **Fote**

**GRÁFICO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS SINAPSE 2023**



Fonte: elaboração própria

Todos os resultados e classificações detalhados, por tribunal, estão disponíveis no Anexo I deste estudo.

## CONCLUSÕES PARCIAIS DO ESTUDO

## 6. CONCLUSÕES PARCIAIS DO ESTUDO

Desde uma das primeiras iniciativas de IA no Poder Judiciário brasileiro (Projeto Victor) (Junquillo, 2022), criado em 2018 para o Supremo Tribunal Federal, os demais tribunais do país atualmente contam com cerca de 140 soluções cadastradas na Plataforma Sinapses.

Nesse sentido, embora a Resolução n. 332, em sua redação original, tenha trazido importantes princípios de governança da IA aplicada ao Poder Judiciário, em especial a partir dos lançamentos principais em IA generativa ao final do ano de 2022, novos desafios e riscos surgiram. Além disso, avançaram as discussões sobre o Projeto de Lei n. 2338/23, principal projeto de Lei do Brasil atualmente em debate no Senado Federal.

Por isso, entende-se que a proposta de minuta apresentada pelo grupo de trabalho é importante iniciativa que adequa-se aos principais documentos internacionais e nacionais sobre governança da IA.

A Minuta traz classificação em níveis de risco. Nesse sentido, o LIA elaborou este relatório com o mapeamento das 140 iniciativas atuais cadastradas na Plataforma Sinapses por nível de risco.

A hipótese central: *a maioria dos projetos atualmente existentes na plataforma Sinapses e aplicados ao Judiciário brasileiro, encaixam-se nas hipóteses de baixo risco previstas na minuta de [redação da Resolução n. 332](#), proposta e elaborada pelo Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário criado pela [Portaria Nº 338 de 30/11/2023](#) expedida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, foi confirmada.*

O mapeamento utilizou a seguinte metodologia:

A descrição foi analisada à luz das disposições da minuta proposta, para compreender em qual hipótese cada uma se encaixava.

Alguns projetos encaixaram-se em mais de uma hipótese de risco e, nesses casos, entendeu-se que deveria ser considerado o maior grau de risco no que tange à adoção das medidas de governança. É claro que a partir da entrada em vigor da minuta, a avaliação preliminar já trará a classificação e, caso persistam dúvidas, essas serão sanadas pela possibilidade de reclassificação realizada pelo Comitê.

Após a classificação, confirmou-se a hipótese da pesquisa, isso é: **a maioria dos projetos (quantidade) de IA atualmente é de baixo risco.**

Também concluiu-se que alguns projetos não apresentaram informações suficientes na Plataforma Sinapses o que inviabilizou a classificação da respectiva solução.

Outros achados importantes a partir do mapeamento:

- As descrições dos projetos na Plataforma Sinapses ainda carecem de maiores detalhamentos;

- Nesse sentido, para cumprir o objetivo principal de transparência dos projetos, de modo a permitir a compreensão de suas funcionalidades, principalmente considerando que são dados públicos, assim com para atender às novas determinações trazidas pela proposta da minuta, sugere-se que que a Plataforma e cada Tribunal apresentem e aprofundem a descrição das soluções;
- A pesquisa também teve como achado o fato de que atualmente existem apenas três projetos baseados em IA Generativa cadastrados na plataforma. Embora se saiba que alguns juízes já estão utilizando de forma individual este tipo de soluções. Por isso, este estudo também conclui que é relevante e necessária a atualização da Resolução n. 332 com previsão para governança da IA generativa;
- Ainda, durante os trabalhos, surgiu a reflexão da possibilidade de mover o inciso IV, do art. 7º-D, do “baixo risco” para o “alto risco”, do art. 7º-C. Para os pesquisadores deste relatório, a alteração se demonstra adequada, de modo a garantir maior segurança em relação às ferramentas do poder judiciário que possuem a natureza de formular “juízos conclusivos sobre a aplicação da norma jurídica ou precedentes”.
- Diante da complexidade da tecnologia e da rápida e constante mudança dos projetos e soluções de IA desenvolvidas pelo Poder Judiciário brasileiro, mostra-se essencial a atribuição do Comitê de Inteligência Artificial do Conselho Nacional de Justiça prevista no art. 8º-B, I, qual seja:

‘Art. 8º-B Compete ao Comitê de Inteligência Artificial do Conselho Nacional de Justiça:  
I – avaliar anualmente a necessidade de atualização das hipóteses de categorização de riscos dispostas nos artigos 7º-B, 7º-C e 7º-D’

Ressalte-se, por fim, que o LIA já está elaborando a segunda fase do projeto<sup>5</sup>, com indexadores e termos de consenso, o que facilitará o mapeamento a ser realizado pelo Comitê criado pela minuta.

---

<sup>5</sup> Estão colaborando nesta fase os seguintes pesquisadores, a quem desde já registramos agradecimentos: Professora Ana Luísa Tarter; Mateus Meira Lima; Eduarda Costa; Camila Cristina, pesquisadores do LIA.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2.338, de 2023. Projeto de Lei que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. 2023. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>>. Acesso em: 13 de set de 2024.

Conselho Nacional De Justiça (CNJ). *Minuta de Alteração da Resolução nº 332/2020 do CNJ*. 2024. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/09/minuta-proposta-resolucao-332-cnj-rev.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2024.

Conselho Nacional De Justiça (CNJ). Plataforma Sinapses/Inteligência Artificial. *Conselho Nacional de Justiça*, 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistemas/plataforma-sinapses>>. Acesso em: 12 set. de 2024.

Junquilho, Tainá A., Caballero, Berto I., E Ferreira, Matheus de O. O marco legal da inteligência artificial e o risco excessivo: Para que a estória não vire história trágica. *Jota*, 21 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/ia-regulacao-democracia/o-marco-legal-da-inteligencia-artificial-e-o-risco-excessivo>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Junquilho, Tainá Aguiar. *Inteligência Artificial no Direito: limites éticos*. São Paulo: Juspodivm, 2022.

Maranhão, Juliano Souza de Albuquerque; Junquilho, Tainá Aguiar; Tasso, Fernando Antonio. Transparência sobre o emprego de inteligência artificial no Judiciário: um modelo de governança. *Suprema: revista de estudos constitucionais*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 145-187, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.53798/suprema.2023.v3.n2.a231>

## **ANEXO I - TABELA DE CLASSIFICAÇÃO**

Tríduo	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações	
TR123	Projeto AuditAI-Tecnologia Inteligente para Auditoria	O Projeto AuditAI-Tecnologia Inteligente para a Auditoria é um projeto que utiliza as chamadas técnicas de Auditoria Assistida por Computador (TAC) para o desempenhamento de tarefas de apoio às auditorias, em especial a Auditoria Financeira e Contábil das Contas Anuais, as quais têm permitir a análise dos processos de gerenciamento de usos, de controle, e de anistia, reagindo imediatamente aos resultados, buscando a melhoria da governança corporativa. Este projeto propõe a utilização de recurso de Inteligência Computacional, especificamente Machine Learning (aprendizado de máquina), como uma das técnicas de auditoria assistida por computador.	Ian	Nenhuma	Observação ao bdd	Informação insuficiente	ok
TR122	CLASSIFICAR	<p>1) OBJETIVO</p> <p>1.1.QUE (IA) SERÁ FEITO</p> <p>A demanda do projeto em questão é a criação de algoritmos utilizando técnicas de IA para classificação de escopo do projeto incluiu uma fase de estudo, onde haverá capacitação e estudo das técnicas mais indicadas para solução do problema em questão, uma fase de implementação da solução, uma fase de validação do usuário e, por último, uma de capacitação.</p> <p>1.2. COMO SERÁ FEITO</p> <p>Durante a oficina de design thinking, realizada pelo Laboratório de Inovação - inova 22 (observando os princípios do art. 3º da Res. CNJ n. 395/11) utilizou-se a metodologia do Double Diamond (Díplo Diamante), que é um método para aplicação do design thinking.</p> <p>→ Desafio/[descobrir]: necessidade de reduzir o esforço de trabalho manual no Tribunal com uso de ferramentas automatizadas;</p> <p>→ Entendimento do problema/[definir]: trabalho de campo conversando com magistrados, servidores e jurisdiccionados, buscando compreender o problema e a necessidade;</p> <p>→ Desenvolvimento/[idear]: O grupo continuou discussões a respeito dos dados levantados e identificou que grande parte do esforço manual em unidades judiciais está relacionado à conferência de documentos. Em várias atividades essa tarefa é necessária e consome muito tempo dos servidores. Assim, o foco da entrega foi buscar automação essa rotina de trabalho.</p> <p>→ Entrega/[executar]: Será entregue uma aplicação onde, através de algoritmos de inteligência artificial, será possível classificar um documento com base em seu conteúdo.</p>	Ian	Baixo risco	7di e 7dii		ok
TR118	Índice de Conciliabilidade Processual	<p>3) RESULTADOS ESPERADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a qualidade dos serviços prestados; introdução de soluções mais eficazes e adequadas às necessidades do público-alvo, resultando em uma melhoria na qualidade dos serviços prestados pela instituição;</li> <li>• Reduzir custos e aumentar a eficiência do Tribunal com a redução de trabalhos manuais;</li> <li>• Possibilitar a criação futura de soluções que se baseiam na classificação de documentos.</li> </ul> <p>Estabelecer, para cada processo, uma probabilidade de solução da litigância por meio de conciliação. O público-alvo do solução é, principalmente, os gabinetes de desembargadores e o Centro de Conciliação - CEJUSC de 2º grau. O objetivo é que os gabinetes enviem ao CEJUSC os processos com maior probabilidade de conciliação visando uma maior efetividade na tentativa de acordo. Esse filtro no envio é importante no 2º grau devido ao CEJUSC de 2º grau não possuir capacidade operacional para atuar na totalidade de processos em 1º grau.</p> <p>Este projeto consiste em disponibilizar, junto aos vídeos das audiências, a sua transcrição. Para isso, o projeto faz uso de um modelo pré-treinado de reconhecimento automático de fala para gerar as transcrições.</p> <p>O Índice de Conciliabilidade por Inteligência Artificial, ou ICA, é uma solução computacional desenvolvida com o objetivo de auxiliar o CEJUSC e os Páns do Tribunal na escolha dos processos candidatos à conciliação (de forma que indica a probabilidade de que ocorra um acordo e esse escorço é utilizado para ajudar a criar uma lista de processos, formar uma pauta de conciliação).</p> <p>O sistema agrupa processos por similaridade (linguagem natural) e indica decisões já preferidas em relação aos agrupamentos realizados.</p>	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii, 7ci e 7dii		ok
TR117	Transcrição de vídeos de audiências	<p>Este é um projeto de inteligência artificial desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT-12, que com base no acervo histórico deste Tribunal, realiza a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre as partes envolvidas, auxiliando servidores e magistrados em suas atividades.</p> <p>Atualmente está entre os 12 projetos selecionados para a segunda etapa do Programa Startups promovido pelo</p>	Ian	Baixo risco	7dii		ok
TR116	Índice de Conciliabilidade	<p>O Índice de Conciliabilidade por Inteligência Artificial, ou ICA, é uma solução computacional desenvolvida com o objetivo de auxiliar o CEJUSC e os Páns do Tribunal na escolha dos processos candidatos à conciliação (de forma que indica a probabilidade de que ocorra um acordo e esse escorço é utilizado para ajudar a criar uma lista de processos, formar uma pauta de conciliação).</p> <p>O sistema agrupa processos por similaridade (linguagem natural) e indica decisões já preferidas em relação aos agrupamentos realizados.</p>	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii, 7ci e 7dii		ok
TR115	Gemini	<p>Este é um projeto de inteligência artificial desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT-12, que com base no acervo histórico deste Tribunal, realiza a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre as partes envolvidas, auxiliando servidores e magistrados em suas atividades.</p> <p>Atualmente está entre os 12 projetos selecionados para a segunda etapa do Programa Startups promovido pelo</p>	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii e 7cv		ok
TR112	ConciliaJT	<p>Este é um projeto de inteligência artificial desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT-12, que com base no acervo histórico deste Tribunal, realiza a análise de um processo identificando seu potencial de sucesso para conciliação entre as partes envolvidas, auxiliando servidores e magistrados em suas atividades.</p> <p>Atualmente está entre os 12 projetos selecionados para a segunda etapa do Programa Startups promovido pelo</p>	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii e 7ci		

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TR19	Plataforma de chat	O projeto consiste em uma plataforma de chat (semelhante ao ChatGPT) para a execução de diversas tarefas dentro do poder judiciário. Com uma estrutura de chat, a interação com os modelos de inteligência artificial é direta, feita pelo próprio usuário, usando sua própria linguagem.	Ian	Nenhuma	Observação ao lado	Informação insuficiente
TR19	Uso de Inteligência Artificial para pesquisas em Acórdãos do 2º Grau	Isso permite que o desenvolvimento e aprimoramento de modelos seja baseado na experiência do usuário e no desempenho dos modelos, além de possibilizar que os usuários aprendam a utilizar a tecnologia, explorando possibilidades e oportunidades que não teriam sido previamente mapeadas.	Ian	Risco alto e baixo risco	7di e 7ci/v	ok
TR17	Gemini	Com uma estrutura de chat, a interação com os modelos de inteligência artificial para produzir respostas a questionamentos em texto sobre aclaração das turmas do 2º grau	Ian	Baixo risco	7di e 7dii	ok
TR16	AI-R2	O Gemini é um módulo do Pie, compatível com todas as instâncias, que utiliza Inteligência Artificial (IA) para agrupar documentos de processos por similaridade de temas.	Ian	Nenhuma	Observação ao lado	Informação insuficiente. Fazer crítica sobre link.
		P.s.: A fase 1 (automação) foi concluída e estamos iniciando a fase 2 (IA)				
TR15	Gemini	Ferramenta que busca agrupar processos por similaridade do conteúdo de um determinado tipo de documento, termos extraídos de um tipo de documento e/ou dados estruturados	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii e 7cv	ok
TR14	Índice de Conciliabilidade por IA (ICA)	Índice de Conciliabilidade por IA (ICA): iniciativa criada em agosto/2019 que propõe uma métrica que estima a proporção de cada processo conciliar ou não. O CIC é calculado a partir dos dados do processo, através de uma técnica de Aprendizado de Máquina, chamada Random Forest.	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii, 7ci e 7dii	ok
TR14	Clustering	O Clustering de Processos foi criado em Fevereiro/2020. Inicialmente desenvolvido para atender à Assessoria de Recursos de Revista, tem como objetivo de agrupar processos semelhantes entre si. Neste seu imbricamento, o sistema tem sido melhorado e expandido para atender à outras áreas do Tribunal, tanto no primeiro quanto no segundo grau.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok
TR14	Extrator de Assuntos	Extrator de Assuntos tem o objetivo de identificar quais assuntos da TPI estão contidos no processo. Em sua primeira versão o sistema processa alegas, Acórdãos de Recursos, Ordinários e de Agravo de Petição. Há expectativa de que o sistema seja expandido para ler e identificar os assuntos de outras peças do processo, como Petição Intitulada, por exemplo. O sistema foi criado em abril/2023.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok
TR13	MTD- Monitor do Trabalho Decente	Implantar na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, solução tecnológica que possibilite diagnosticar, organizar, consolidar e disponibilizar informações de processos relativos aos temas Trabalho Infantil, Assédio Sexual, Aprazagem e Trabalho Analogico do Estatuto.	Ian	Baixo risco	7di, 7dii, 7diii, 7dv e 7doi	ok
		Público-alvo: Magistrados, servidores e a sociedade em geral.				
		Resultados Almejados: Fomento ao cumprimento da Meta Nacional nº 9 do Conselho Nacional de Justiça - Estimular a inovação no Poder Judiciário. Implementar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com validação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.				
		Promoção do trabalho decente:				
		- auxílio para a definição de metas de aceleração;				
		- uniformização dos julgados a partir de jurisprudência mais qualificada;				
		- promoção de políticas públicas no tema do trabalho decente;				

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TR13	Panel de Conciliação e Índice de Conciliabilidade da Uni-Con.	<p><b>Panel de Conciliação e Índice de Conciliabilidade da Uni-Con.</b></p> <p>Não raro, algumas varas do trabalho, ou ganhantes do desembargadores remetem processos aos Ceuscs's que, na prática, se revelam com possibilidade nula ou ínfima de obtenção de acordo, por termos sido levados em conta critérios aleatórios ou intuitivos na seleção dos processos, sem resultados em dados empíricos. Dentre júris, os próprios Ceuscs's possuem muitas vezes dúvidas sobre quais critérios utilizar para selecionar empresas para realização de projetos de administração de justiça consensual, partidas concentradas ou mutuas.</p> <p>Todo esse esforço pode ser melhor aproveitado caso se desenvolva uma ferramenta eletrônica auxiliar de triagem em formato de painel interativo que utilize algoritmos de inteligência artificial para melhor eleger os processos conciliáveis e serem remetidos para os centros de conciliação, atribuindo score específico a cada processo em tramitação no TR13* Região (índice de conciliabilidade).</p> <p>Além disso, a mesma ferramenta poderia ser utilizada também para formação de partidas de audiências conciliadoras, no âmbito das próprias varas do trabalho, evitando assim que a seleção de processos ocorra de modo pouco efetivo, passando a contar com evidências empíricas baseadas em dados de inteligência artificial.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Centros Judicícios de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 1º e 2º Graus (CEUSCs).</p> <p><b>Gabinetes de Desembargadores e Vara do Trabalho.</b></p> <p><b>Resultados Almejados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ganhos de Produtividade: Direcionar as partidas dos magistrados nas varas do trabalho e nos Ceuscs's para a conciliação de forma mais efetiva.</li> <li>- Redução de efeitos: Reduzir a necessidade de trigem dos processos que chegam aos Ceuscs's para conciliação.</li> <li>- Disponibilização de informações úteis ao apente/commisso da Pólica consultoria.</li> </ul>	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7diI, 7diII, 7ci e 7ciII	ok
TR13	AMin - Assistente de Minutas.	<p><b>AMin - Assistente de Minutas.</b></p> <p><b>Resultados Almejados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ganhos de Produtividade: Direcionar as partidas dos magistrados nas varas do trabalho e nos Ceuscs's para a conciliação de forma mais efetiva.</li> <li>- Redução de efeitos: Reduzir a necessidade de trigem dos processos que chegam aos Ceuscs's para conciliação.</li> <li>- Disponibilização de informações úteis ao apente/commisso da Pólica consultoria.</li> </ul> <p>Permitir aos magistrados constituir, organizar e gerir de forma otimizada banco pessoal de modelos de minutas de sentenças e acórdãos, a partir do projeto AMin apresentado no programa de Startups do CST.</p> <p><b>0 AMin - Assistente de Minutas</b> tem por objetivo disponibilizar solução de TI a partir da plataforma Google Workspace que auxile magistrados e assistentes na organização da busca em banco de dados de modelos para confecção de minutas de sentenças e acórdãos, minimizando o tempo desperdiçado em trabalho manual e repetitivo. O projeto contempla ainda a estudo e a análise do uso de ferramentas de inteligência Artificial generativa para assistência na elaboração das minutas.</p> <p>Este projeto foi encampado pela Comissão de Inovações Judicícias do TR13, que autorizou estudos para planejamento e execução por meio de Protocolo de Intenções vigente, celebrado com a Universidade Federal de São João del Rei, para o qual está sendo elaborado convênio específico visando a implementação do projeto por meio de Termo de Execução Descentralizada.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Magistrados, assistentes e assessores de magistrados.</p>	Ian	Baixo risco	7di, 7diI, 7diII, 7diV, 7diV, 7ciII e 7ciV	ok
TR11	Chatbot Atendimento ao Usuário	<p><b>Chatbot Atendimento ao Usuário</b></p> <p><b>Resultados Almejados:</b> Mais assertividade na produção de minutas e no desenvolvimento de decisões, em primeiro e segundo grau de jurisdição, reduzindo dispensas em cassas similares, mantendo, não obstante, a visão individualizada dos magistrados sobre cada tema abordado. Reduzindo-se o tempo gasto para a confecção das minutas e sentenças e acórdãos, ampliase, de forma qualitativa, o mérito de cada decisão.</p> <p>Gerando, portanto, mais decisões, que também serão mais claras, efétivas e eficientes.</p> <p><b>Público-alvo:</b> Servidores e Magistrados.</p> <p>Resultado esperado: Outro um aprimoramento mais eficiente, interações mais ricas e produtivas com os usuários, e melhoria no atendimento ao usuário corporativo, aumento da capacidade de interação com os usuários, e melhoria do desempenho dos sistemas de atendimento.</p>	Ian	Baixo risco	7di	ok
TR15	Trigem Inteligente	<p><b>Trigem Inteligente</b></p> <p>Tornar o processo trigem mais ágil, eficiente e reduzir o custo operacional, pois com a aceleração das verificações dos documentos e análises de informações contidas na inicial, o tempo que o processo fica na trigem será reduzido e os documentos analisados em um mesmo dia, será aumentado. Observando assim, uma otimização da força de trabalho, possibilitando, inclusive, que o servidor atue em outras etapas do processo.</p>	Ian	Baixo risco	7di	ok

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TRF5	Inteligência nas Triagens do TRF5	Projeto-Término de Execução Descentralizada - TED, celebrado entre a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e a Justiça Federal em Primitivo Grau em São Luís (SIF) para a execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, incluindo investigação, protótipos e testes de soluções, a serem executados pelo Laboratório Software Productivity Group da Unidade Acadêmica de Engenharia Artificial para aplicar métodos de aprendizagem profunda de máquina (Deep Learning).	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, /7di, 7dii, 7cii e /7ciw	ok
TRF5	Chatbot NISIA	Situação: Em homologação pelos especialistas do Tribunal uma ferramenta desenvolvida para identificar automaticamente grupos de processos semelhantes, de maneira que os especialistas possam usar essa informação durante o processo de triagem. A ferramenta também é capaz de realizar busca de processos por similaridade de documento, podendo usar como critério tanto o índice de similaridade quanto a semelhança da petição.	Ian	Baixo risco	7di	ok
TRF5	Classificação de petições iniciais	Solução: baseado em uso de técnicas de aprendizado de máquina e PIN, com o objetivo de automatizar o processo de triagem de petições em processos de turados. Especialistas federais na Justiça Federal Rio Grande do Norte, a partir da leitura da petição inicial e dos metadados do processo indicando os processos que precisarão de perícia e de quais áreas como uma contribuição para a redução das atividades repetitivas realizadas no âmbito das Varas Federais.	Ian	Risco alto e baixo risco	7di, 7dii, 7diii, 7cii e 7ciii	ok
TRF5	Centro de Inteligência e identificação de demandas repetitivas	Com o desenvolvimento de um Painel de Business Intelligence que gera alertas de demandas repetitivas detectadas de forma automática, é possível notificar os magistrados com antecedência a agilizar assim a tramitação processual. O projeto busca desenvolver uma ferramenta computacional que permita identificar automaticamente potenciais situações de demanda repetitiva e demanda predefinida na quinta região da justiça federal.	Ian	Baixo risco	7di	ok
TRF5	CliqueJunte	O CliqueJunte é uma ferramenta destinada à realização de tarefas judiciais de processamento de arquivos finalizado com êxito) juntado no processo judicial de referência. É possível processar a anexação de arquivos documentos, em um ou mais processos no mesmo tempo, otimizando o serviço e liberando o servidor para outras atividades, em um enquadramento o aplicativo está sendo executado. Por meio do CliqueJunte, é possível efetuar a juntada de arquivos diretamente do seu cliente e-mail.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok
TRF4	Agrupamento de apelações por similaridade de sentença	Neste projeto o acervo de apelações dos gabinetes de 2º grau é analisado e agrupado de acordo com a similaridade do texto da sentença do processo original. Após esta análise, é exibido um mapa do acervo do gabinete, cada processo do acervo é representado como um ponto, possibilitando que a identificação de demandas seja feita de forma visual.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok
TRF3	SIGMA - Rendesamento de modelos de atos judiciais e administrativos a partir de informações identificadas nas peças processuais	a) Objetivo: A criação de um sistema centralizado de gerenciamento de modelos de decisões, incluindo a criação, edificação, visualização, remoção e aniquilamento por inteligência artificial. O sistema é integrado ao PJe, permitindo a utilização sem a necessidade de instalações adicionais nem acesso a programas externos. A integração também permite que os modelos criados, editados e removidos sejam atualizados dentro do PJe.  b) Com o SIGMA é possível melhorar a organização da força de trabalho do gabinete e secretaria, na tarefa de redação de minutes, favorecendo o relatório e seguimento judicial, beneficiando não somente servidores magistrados, mas toda a sociedade.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok
TRF3	SINARA - Resolvendo problemas de linguagem natural em textos jurídicos através da extração de dispositivos normativos e precedentes	1) SIGMA  a) Objetivo: Criação de um modelo de inteligência artificial para extração do fundamento legal de textos jurídicos, notadamente os dispositivos normativos e precedentes. Muito se pode entender sobre um texto jurídico a partir de seu fundamento legal. A regra é que a s partes, o pefci ou argumentar algo, o magistrado, ao decidir ou trigar em automático por tratar com fundamento na lei e no entendimento dela, o qual, por vezes, ocorre através de precedentes, que discutem os mesmos dispositivos normativos e precedentes normalmente possuem assuntos em comum. A SINARA, já se encontra em produção extração normativa para o ranqueamento realizado pelo SIGMA e, portanto, implantada em todos os gabinetes do TRF da 3ª Região.  b) A SINARA cria uma alternativa para a indexação de dados não estruturados, viabilizando vários outros projetos, tais como o SIGMA e o projeto Triagem.	Ian	Alto risco e Baixo risco	7di, /7di, /7dii, /7diii, /7dvi, /7dvi e 7ciw	
TRF3	SINARA - Resolvendo problemas de linguagem natural em textos jurídicos através da extração de dispositivos normativos e precedentes	2) SINARA  a) Objetivo: Criação de um modelo de inteligência artificial para extração do fundamento legal de textos jurídicos, notadamente os dispositivos normativos e precedentes. Muito se pode entender sobre um texto jurídico a partir de seu fundamento legal. A regra é que a s partes, o pefci ou argumentar algo, o magistrado, ao decidir ou trigar em automático por tratar com fundamento na lei e no entendimento dela, o qual, por vezes, ocorre através de precedentes, que discutem os mesmos dispositivos normativos e precedentes normalmente possuem assuntos em comum. A SINARA, já se encontra em produção extração normativa para o ranqueamento realizado pelo SIGMA e, portanto, implantada em todos os gabinetes do TRF da 3ª Região.  b) A SINARA cria uma alternativa para a indexação de dados não estruturados, viabilizando vários outros projetos, tais como o SIGMA e o projeto Triagem.	Ian	Baixo risco	7di e 7diii	ok

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TRF3	Ferramenta de triagem automática por inteligência artificial	3) Ferramenta de triagem automática por inteligência artificial	Ian	Baixo Risco	7di e 7diII	ok
TRF2	Inteligência Artificial	a) Objetivo: Criar ferramenta de triagem automática de processos por assuntos, polo passivo e classe processual. A ferramenta está sendo desenvolvida juntamente com o IFFs - TRs, da 33 Região. Há potencial para aumentar a eficiência na tramitação dos processos, reduzir a ocorrência de erros e facilitar o trâmite processual e julgamento de demandas repetitivas.  b) Agilização e simplificação da prestação jurisdicional, fortalecendo a relação da justiça Federal com a sociedade, beneficiando não só os servidores e magistrados, mas toda a sociedade, bem como estimula a inovação do Poder Judiciário.				
TRF2	CHATBOT - JFRJ	Aprendizado de máquina, mais eficiente e tem mais aplicabilidade em casos de demandas repetitivas, através de automação de alguns procedimentos com a identificação de processos similares usando a busca pelo número ou pelo tema. Para a similaridade por número de processo são calculados os vetores dos documentos dos processos, usando-se o modelo LegInNLP e realizando os cálculos de vetores para determinar se o documento é similar. Para a sugestão do tema a aplicável ao processo, o documento é submetido ao processo mais similar, inicialmente o público Júv. Foi a Vice- Presidência a comprovada de expansão para os Gabinetes com interesse em matéria tributária.	Uirá	Alto Risco	7iV	
TRF2	CHATBOT - JFRJ	Normatizar e padronizar os procedimentos de funcionamento do canal oficial de mensageria automática (chatbot) para atender aos jurisdicionados e advogados, por meio da configuração de um aplicativo de respostas automáticas, utilizando inteligência artificial (IA) e linguagem natural, como forma de atendimento institucional da Justiça Federal do Rio de Janeiro	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRF1	AIEI/GOR	AIEI é um sistema conectado a base de dados de produção do processo judicial Eletrônico (Pje) que automatiza o trabalho de associação de processos judiciais por meio de um sistema de metrrix (palavras-chave) que semelhantes, com a finalidade de promover celeumação às demandas judiciais e auxiliar os Magistrados na triagem e elaboração de minutos de voto, agilizando o julgamento dos processos, a critério dos gabinetes.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-TO	jé	Chatbot de atendimento autônomo ao eleitor utilizando ChatGPT (GPT-4) e disponível via WhatsApp. O objetivo é fornecer atendimento ao eleitor no horário do dia ou da noite. Pretende-se que em um futuro próximo o acesso à justiça disponibilizada também em horário comercial para os serviços mais acessados.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-SP	Sophia - Inteligência Artificial	Objetivo: reconhecimento de forma personalizada no mínimo 30 horas de cursos selecionados pelo módulo de Inteligência Artificial, gastos operacionais do TRE-SP. Público-alvo: Gestões operacionais do TRE-SP.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-SP	Hécate	Auxiliar a elaboração de minutos de decisão e em processo de registro de candidaturas e prestação de contas de candidatos público-ívor: responsáveis pelas análises dos processos, agilizar a análise dos processos.	Uirá	Alto Risco	7di e 7iV	
TRE-SP	Sulco	Chatbot para fornecimento de respostas a dúvidas comuns dos usuários de TI.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-SP	Chatbot	O objetivo do projeto é desenvolver um sistema para suporte automatizado, para atender demandas corriqueiras de informática dos usuários da sede do tribunal e dos cartórios, a fim de desafogar o suporte técnico e reduzir custos.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-SE	Horus	O projeto Horus (sistema Cendje) propõe-se a automatizar atividades inerentes ao Registro de Candidaturas (RCand).	Uirá	Alto Risco	7di e 7iV	
TRE-RN	Projeto Celina	A Celina consiste em uma atendente virtual que pode ser acessada pelos eleitores, a partir do site oficial do TRE-RN na internet ou via aplicativo de mensageria telegram, com o propósito de esclarecer dúvidas cartorárias e prestar serviços úteis à sociedade no período eleitoral.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TRE-RN	JANUS	O Sistema Janus foi desenvolvido pelo TRE-BA e está sendo implantado pelo TRE-RN. Trata-se de uma solução de automação de processos que auxilia na prestação de serviços jurisdicionais, através de robôs, com uso de inteligência artificial. São utilizados bons para executar tarefas repetitivas, amea realizadas por pessoas, e a plataforma Simples (CNI) para a classificação das peças processuais.	Uirá	Baixo Risco	7di	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encontra	Observações
TRE-RJ	Janus	O Janus foi desenvolvido com a finalidade de aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, com respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral e promovendo a cidadania. No que concerne à automação processual, o intuito é a utilização de robôs para a execução de tarefas ordinárias, simples e repetitivas, em substituição aos esforços intensamente realizados pelos servidores, no regular processo.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-PR	Janus	Destacada forma, o Janus impulsiona automaticamente os feitos, através de rotinas de automação, tais como: elaboração de editais de impugnação em processos de prestação de contas e registro de candidaturas; elaboração de certificados processuais; preparação de atos de comunicação processual (como a intimação do Ministério Público e publicação no Diário da Justiça Eletrônico de editais, sentenças e decisões); largamento de movimentos processuais de julgamento em sentenças e decisões e encaminhamento dos autos para as demais tarefas do fluxo processual no PJe.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-PR	Janus	O Janus faz uso da plataforma Sinapses do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que classifica as peças processuais através de inteligência artificial, utilizando algoritmos de aprendizagem supervisionada.	Urá	Baixo Risco	7di e 7cv	
TRE-PR	Janus	Automação do processo de análise de prestação de contas anuais e eleitorais e Registro de Candidaturas. Público avor jurisdicional 1º e 2º grau. O resultado alcançado é agilizar o processo de análise das contas partidárias e de candidatos.	Urá	Alto Risco	7di e 7cv	
TRE-PR	Janus	Solução de automação processual e inteligência artificial para cairá minutas em Processo de Prestação de Contas Eleitorais.	Urá	Alto Risco	7di e 7cv	
TRE-PR	JANUS	Solução de automação processual e inteligência artificial, que tem por objetivo gerar minutas do parecer sobre processos de Prestação de Contas Eleitorais.	Urá	Alto Risco	7di e 7cv	
TRE-PE	SCDE - Sistema de Combate à Desinformação nas Eleições	O objetivo do projeto é construir um framework para combater a desinformação e correções falsas relacionados à Justiça Eleitoral, ou sistema eletrônico de votação e seu processo eleitoral, nas diferentes fases: a) aos eleitores (envolvidos, eleitora e eleitor) e b) à justiça (Twitter) e à corte, analisa mensagens eletrônicas minutas e identifica possíveis desinformações. Uma vez identificada essa "desinformação", o sistema envia um material, que foi previamente produzido, para "corrigir" a informação que foi divulgada.	Urá	Risco Excessivo	7bi	
TRE-PB	Implantação do Janus	Janus é uma solução que usa a inteligência artificial para elaboração de minutas de sentença e robôs para automação de tarefas repetitivas no PJe.	Urá	Alto Risco	7di e 7cv	
TRE-PA	IARe-Jud	Projeto para promover a minuta de documentos no PJe, após montagem de dataset e consulta/ferramenta 3D.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-ES	Bel (Bot Eleitoral)	SNAPES. A perspectiva do aumento da demanda, aliada ao interesse de inovação e melhor atendimento do eleitor, levou o TRE-ES a sugerir a criação de uma ferramenta de chatbot, desenvolvida com técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) e Inteligência Artificial, para atender o eleitor em relação a suas principais dúvidas no dia da eleição.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-DF	JANUS - Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação	Carinhosamente apelidado de Bel (Bot Eleitoral), a solução foi uma iniciativa do TRE-ES e contou com a participação ativa dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Corregedoria Regional Eleitoral (CRE).	Urá	Alto Risco	7di e 7cv	
TRE-CE	ADA	Bel (Bot Eleitoral)	Urá	Alto Risco	7di	
TRE-CE	Janus	Chatbot para atendimento catorral	Urá	Alto Risco	7di	
TRE-CE	Robô cônico (Robô TRE-IA)	Registro de Candidatura / Prestação de Contas, Lançamento automatizado de movimentação	Urá	Descrição insuficiente	Descrição insuficiente	
TRE-CE	CREA	Chatbot da Corregedoria	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-BA	JANUS	O Sistema Janus é uma solução de automação processual que atua na prestação de serviços jurisdicional do TRE da Bahia, através de robôs, com uso de inteligência artificial. São utilizados bots para executar tarefas repetitivas, atuais realizadas por pessoas, e a plataforma Sinapses (CNJ) para a classificação das peças processuais.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-AL	Flow-based chatbot, com deep learning	Desenvolvimento de ferramenta flow-based chatbot, capaz de suportar a comunicação automatizada entre o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas com seu público interno e externo, utilizando a aplicação de deep learning para processamento de linguagem natural, cujo algoritmo será capaz de interpretar termos judiciais, administrativos e eleitorais utilizados pela justiça Eleitoral.	Urá	Baixo Risco	7di	
TRE-AC	Implantação do sistema JANUS, desenvolvido pelo TRE-BA	O Janus é um sistema que combina o uso de automação processual com a aplicação de técnicas de inteligência artificial. Foi desenvolvido com o objetivo de aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, com respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, fortalecendo a credibilidade da justiça Eleitoral e promovendo a cidadania.	Urá	Descrição insuficiente	Descrição insuficiente	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TJTO	Projeto de Identificação de demandas predatórias	Auxiliar na identificação de demandas predatórias dentro da Justiça Estadual	Uirá	Alto Risco	7cv	
TJTO	Giell - Gestão Integrada das Serviços Extrajudiciais com Linguagem Inteligente	O projeto visa utilizar o Processamento de Linguagem Natural (NLP) para análise do conteúdo dos atos praticados nas serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que classifique-os de acordo com a necessidade da Corregedoria-Geral da Justiça e estimar o controle, orientação, fiscalização da prestação jurisdicional extrajudicial, com ISO, e para esse fim, terá uma API que gerencia cada vez mais integrada, transparente e acessível ao usuário.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TISP	Analise de Custas de Preparo Recursal	Projeto em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) para desenvolvimento de ferramenta para identificação e análise do recolhimento de custas de preparo recursal, com verificação da correção ou não dos valores recolhidos. Objetivo auxiliar as unidades de Primeiro Grau na identificação do correto recolhimento do preparo recursal e na elaboração da respectiva certidão.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TISP	Analise de Guias de Custas Duplicadas	Projeto em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) de desenvolvimento de ferramenta computacional baseada em Big Data para a extração do conteúdo de guias de custas judiciais, meta dados das guias e processos com maioria de identificação dos valores recolhidos e possíveis duplicidades.	Uirá	Baixo Risco	7di	
TISP	Identificação de Processos com Precedentes Vinculados - SG	Projeto em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e apoio dos Núcleos de Pesquisa e de Extensão de Precedentes e Acóis Coletivos para a análise e identificação de processos repetitivos, com precedentes vinculados, que devem ficar suspensos em segunda instância até a decisão final do STJ	Uirá	Alto Risco	7cv	
TISP	Analise de Precedentes (PG)	Projeto em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) de desenvolvimento de ferramenta de identificação de processos repetitivos com precedentes vinculados	Uirá	Alto Risco	7cv	
TISP	Peticionamento eletrônico – Classe/Assunto	Modelo de IA desenvolvida para apresentar, no peticionamento eletrônico, sugestão de classificação de petições quando da entrada do processo em primeiro grau, a partir da análise da pertinência inicial. Na fase 2 foram refinados 2 termos, com a sugestão inserida na observação da flala.	Uirá	Baixo	7di	
TISP	Peticionamento eletrônico – Petição intermediária	Modelo de IA desenvolvida para apresentar, no peticionamento eletrônico, sugestão de classe e assunto de acordo com a petição inicial anexada no portal e-SuA. Objetiva diminuir a quantidade de petições cadastradas com classificações intermediárias no portal e-SuA. Objetiva diminuir a quantidade de petições cadastradas com classificações genéricas.	Uirá	Baixo	7di	
TISC	Previsões da movimentação processual futura do TISC	Caso base em uma série de dados acumulados desde 2015, relacionados principalmente, com as contingências de temporais. Após a extração e tratamento dos dados, eles foram estruturados para realização de uma análise de decomposição, na qual a tendência, sazonalidade e sazonabilidade foram calculadas, acessadas e transformadas em elementos gráficos. Após o conhecimento desses parâmetros, foi construída uma IA, baseada em uma modelação de matemática estruturada a partir do algoritmo AutoARIMA. A partir da criação desse modelo de IA, previsões futuras poderiam ser realizadas. O projeto encontra-se em desenvolvimento e o modelo / algoritmo selecionado está em permanente revisão, podendo até mesmo ser substituído por algum outro tipo de modelagem matemática vinculada com as técnicas de IA, como por exemplo, modelos de regressões baseados em árvores randômicas. Os dados obtidos por meio deste projeto servem de base e subsidio para relatórios e boletins informativos gerenciais do TISC	Baixo	Baixo	7di	
TISC	Robô Auxiliar	Trata-se de um conjunto de algoritmos destinados à leitura e classificação de petições, dentro da competência de direito bancário e execução fiscal, com a inserção de minuta correspondente, de acordo com os parâmetros definidos pelo Juiz, um projeto da Corregedoria-Geral da Justiça	Berto	Alto	7eli	
TISC	Similaridade de Sentenças do 1º no Segundo Grau	Este projeto tem por objetivo permitir que Gabinetes do Segundo Grau saibam informados de processos do Primeiro Grau com sentenças similares, com intuito de permitir organização e fluxo de trabalho no próprio Gabinete. Berto	Baixo	Baixo	7di	
TISC	Classificador por Conteúdo	Projeto desenvolvido pelo TISC, disponibilizado no eProc, na qual a mesma IA que permite classificar petições iniciais é implementada pelo conteúdo das mesmas. Permite comparar a similaridade de documentos peticionados com intermediários pelo conteúdo das mesmas, permitindo a similaridade de documentos peticionados com automações configuráveis no processo judicial.	Berto	Baixo	7di	
TIRS	Chatbot para o Atendimento da C&D	O objetivo do projeto é criar uma assistente de atendimento de usuários, para assuntos relacionados à Técnicas da Informática. O público-alvo desse projeto é composto por todos os usuários de soluções de TIC da INSC. Preveende-se um aumento de produtividade de atendimento tanto em volume quanto em tempo.	Berto	Baixo	7di	
TIRS	Chatbot DIGEP	O objetivo do projeto é criar um assistente virtual (Chatbot) com perguntas e respostas relacionadas à Direção de Gestão de Pessoas. Fornecerá aos servidores e imigrados (gêneros e lativos) tem como objetivo facilitar o acesso a informação, otimizar os recursos envolvidos no atendimento.	Berto	Baixo	7di	
TIRS	IA Execução Fiscal	O objetivo do projeto é criar um analisador de indicativos de atendimento de usuários para assuntos relacionados à Execução Fiscal. O projeto consiste em um Classificador de Inteligência Artificial para a analisar as iniciais de Execução Fiscal utilizando as tecnologias Python, Docker, TensorFlow e CCR.	Berto	Alto	7di	
TIRS	Grafo	Com o objetivo de reduzir o tempo dispensado pelos magistrados para visualização das jurisdições e a necessidade de transcrição manual dos vídeos realizada por servidores, o projeto pretende criar um sistema para visualização de vídeos de audiências e transcrições. Esse sistema utiliza solução de gravação e grava outras funcionalidades como a visualização simultânea vídeo e transcrição, pesquisa, entre outras. Foram utilizadas tecnologias como Java Spring Boot, Angular, Google Cloud Speech-to-Text.	Berto	Baixo	7di	
TIRS	IA Validação de assuntos	O objetivo do projeto é verificar se a indicação do assunto principal do processo é competência adequada ao seu julgamento. Como objetivos secundários temos o aumento da qualidade do dado, em aderências às TRUs, e um melhor controle de temporalidade. O projeto é direcionado ao público interno.	Berto	Baixo	7di	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TIRS	IA Sugestão de Assuntos para advogados	O objetivo do projeto é construir mecanismo capaz de, durante o procedimento de petição inicial, sugerir, com base no documento de petição inicial carregado pelo advogado, o assunto processual. Com isso pretende-se melhorar a classificação processual, reduzindo problemas de distribuição processual e a necessidade de revisão por parte do servidor. Como objetivos secundários temos o aumento da qualidade do dado, em afeiçoados às TIRS, e um melhor controle de temporalidade. O projeto tem o como público vivo os advogados e procuradores que realizam petição inicial no sistema.	Berto	Baixo risco	7di	
TIRS	IA Classificador por conteúdo	Permitir ao usuário dar padrões para classificação de documentos para inclusão de locadoras (marcações) nos processos. Analisa os documentos e classifica por similaridade dos textos com os documentos cadastrados nos classificadores. Com isso, pretende-se classificar automaticamente o grande número de petições similares e, com isso, otimizar os recursos. É uma ferramenta direcionada a público interno da TIRS.	Berto	Baixo	7di	
TIRS	IA Gerador de resumos	Com o objetivo de otimizar o tempo das pessoas envolvidas em analisar o grande volume de documentos profissionais, esse projeto irá tentar realizar a geração de resumo do texto dos documentos através de inteligência Artificial. O projeto é focado no público interno da TIRS e utiliza tecnologias como PHP-Python, Deep Learning (Transformers).	Berto	Baixo Risco	7di	
TIRS	IA Admissibilidade	O objetivo do projeto é permitir a identificação de demandas repetitivas, trânsito de processos, automação São Paulo, de forma gráfica, o acervo de processos de natureza recursal (das classes Apelação Civil, Remessa Obrigatória e Apelação / Remessa) e a necessidade de classificação e seleção de grupos de processos para a execução de ações em bloco, que atualmente está restrito a localizar em bloco.	Berto	Baixo risco	7di e 7iii	
TIRS	Transmissão automatizada	Trata-se de um projeto de automatização de fluxos processuais com o objetivo de impulsional processos. Tem como objetivo reduzir os tempos parados dos processos e aumentar a produtividade.	Berto	Baixo risco	7di	
TIRS	LLM GPT Relatório de Sentença	Aplicação de LLM gpt/jóvena via API Azure/MS, na geração de resumo para relatório na sentença de julgamento. O público alvo são os usuários do julgante. Resultado esperado é reduzir o tempo do trânsito processual e o custo (custo do Token x custo do servidor)	Berto	Baixo risco	7di e 7iii	
TIRS	Audiências inteligentes	O objetivo do projeto é realizar a transcrição das audiências com a ajuda de IA, para melhorar o processo. A transcrição é gerada no final de cada depoimento da IA, para resumo, destaque dos pontos relevantes e logo após para a revisão do depoente e partes. Com isso, pretende-se obter uma transcrição qualificada de forma ágil e sem necessidade de transcrições futuras (edição de trabalho/escritório).	Berto	Baixo risco	7di	
TIRR	BERNA	O Programa de Busca Eletrônica em Registros Usuário Linguagem Natural, BERA, implementado no Tribunal de Justiça de Roraima (TJR), visa integrar a inteligência artificial para auxiliar a eficiência judicial, para a administração de justiça e cíntio do servidor, o BERA irá gerar demandas similares, acentuando a análise, destinado a magistrados e servidores, o programa busca agilizar processual, eficiência na organização documental na prevenção de litígios. Os resultados esperados incluem uma considerável eficiência no processo, a padronização jurídica e redução da litigância predatória, consolidando o BERA como uma ferramenta fundamental na transformação digital do TIRR.	Berto	Baixo	7di	
TIRO	SIA-Resp	Projeto para verificar a admissibilidade ou não de processos ou STJ. Público interno, das Presidências e Vice-Presidências de tribunais. Consiste em identificar os recursos, fazer a verificação da tempestividade e propor a suação por semelhança, ou recursos e sugerir uma minuta de admissibilidade ou não baseando-se em decisões de precedentes de recursos semelhantes já julgados anteriormente.	Berto	Alto	7di	
TIRO	Conexus e Collectivus	Consistem em identificar aspetos iniciais dos processos e agrupar por semelhança ou identificar conexões entre as mesmas, possibilitando a análise e minuta de processos em lote. Destinado ao público interno, assessores e magistrados. Não exige a colaboração com a análise em massa de processos repetitivos, com semelhanças.	Berto	Alto	7di	
TIRO	LexIA	Projeto que automata tarefas para CPC, sendo a parte que envolve a responsável por identificar o tipo de documento, lutarão no processo. Serviço da TIRO. Resultado esperado é já salvando, sarà a agilidade na identificação do tipo de documento juntado e a automação do rota processual para seu respectivo documento.	Berto	Baixo	7di	
TIRO	Projeto de conciliação	Antes de se tornar um processo judicial, o projeto obterá possibilidades a interação e negociação direta entre pessoas para que haja um acordo entre as partes, sem a necessidade de fazer um processo judicial, sendo apenas a fase pré processual. Nesse caso, a IA analisa a conversa, se houve desrespeito, planar de humor criativo, figura a tensão entre as pessoas durante a negociação, destinado aos jurisdiccionados, público em geral. Espera-se que seja facilitado o acesso à justiça, bem como, de forma ágil e segura.	Berto	Alto	7di e 7di	
TIRN	GPSMED - Aplicações da Judicialização na Área da Saúde do Estado do RN	A ferramenta GPSMED é uma plataforma de dados desenvolvida utilizando técnicas de Inteligência Artificial para coleta de informações relacionadas à saúde pública, com o objetivo de auxiliar a administração pública na gestão de recursos e o Poder Judiciário na redução da judicialização da saúde. A ferramenta possibilita aos gestores o acesso a informações sobre a quantidade de processos em andamento, quais os medicamentos, tratamentos e insumos mais demandados por localidade, entre outras informações relevantes, há dados dos auxiliam, orçamentos específicos para o cumprimento de decisões judiciais. Além disso, o GPSMED pode auxiliar as secretarias de saúde a tuarem de forma mais estratégica e proativa em relação às demandas de saúde pública, contribuindo assim para a desjudicialização.	Berto	Baixo	7di	



Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TJPE	Sibyl	<p>Estamos desenvolvendo uma ferramenta de IA própria para uso interno no gabinete do Des. Alexandre Freire. Inicialmente, já criamos um sistema especializado (SI) para suportar a decisões mais simples como desacatos e algumas terminativas monócticas. Em desenvolvimento, temos um classificador para distinguir o assunto/materia do processo e estamos rotulando dados do próprio gabinete em planejamento para a próxima fase da ferramenta que irá agregar uma IA gerativa para dar apoio à redação das minutas mais complexas, auxiliando a assessoria e o próprio Desembargador.</p> <p>O resultado almejado é que nossa ferramenta irá dar suporte aos assessores e ao Desembargador para com isso reduzir o tempo de julgamento dos processos, conferindo uma prestação jurisdicional mais eficiente e eficaz. Além de oferecer mais celeridade e integridade aos julgamentos do gabinete, haja vista que a ferramenta irá recomendar minutas semelhantes para casos semelhantes.</p>	Berto	Baixo	7di	
TJPB	Sebastiana	<p>Inicialmente conhecido como "Projeto Sebastiana (PS)" validado alegens, a identificar e sugerir movimentos judiciais adequados (urne a produção das minutas, tornar-se um produto de TI voltado o concentrar soluções de IA que possam inovar o negócio) infino do TJPB por meio de modelos de IA gerenciados por plataformas de IA, tal como o Sinape, (montado pelo CNU).</p> <p>O objetivo do projeto é principalmente a localização, através de mineração de dados, em um processo de e-mail. A SAVIA - Sistema Assistente Virtual de Inteligência Artificial é uma assistente virtual projetada para apoiar magistrados e servidores na elaboração de textos. Atualmente em fase piloto na área administrativa, ela foi incorporada aos ambientes do sistema Sei processo administrativo eletrônico e a plataforma Ambrá de serviços ele-mail.</p> <p>A SAVIA apresenta diversas funcionalidades, o comando de voz, permitindo que o usuário dê os comandos, em vez de digitar os manuamente. Além disso, a assistente possui uma biblioteca de prompts, na qual o usuário pode armazenar e ter rápido acesso aos comandos mais utilizados.</p> <p>Essa ferramenta é útil para manipular conteúdo dos documentos, proporcionando uma forma mais eficiente de trabalhar com informações extensas ou que precisam ser detalhadas. Além disso, a assistente possui acesso direto ao teor puro dos documentos do processo eletrônico, possibilitando uma via de mão dupla na interação entre o editor de texto e o conteúdo do processo.</p>	Berto	Baixo	7di	
TJMG	SALISE - Sistema Assistente de Linguagem Simples	<p>SALISE é uma solução desenvolvida para facilitar que as partes tenham melhor compreensão do andamento de uma ação judicial.</p> <p>Presente na página da Consulta Pública do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), esse sistema analisa o conteúdo das movimentações e dos documentos processuais, como por exemplo as decisões judiciais e, por meio de técnicas de simplificação e adaptação, traduz as informações para uma linguagem mais simples e acessível aos usuários.</p> <p>O objetivo é tornar a leitura e interpretação dos documentos e movimentações do PJe mais fácil e compreensível, especialmente para aqueles que não possuem conhecimentos jurídicos aprofundados. Nessa forma, o sistema promove a democratização do acesso à informação jurídica, aumenta a transparência no processo judicial.</p> <p>Além disso, o sistema SALISE é capaz de sugerir ao usuário as perguntas mais prováveis no contexto da interação. Essa perguntas são geradas com base no conteúdo do processo judicial, auxiliando as partes interessadas a obterem informações mais relevantes e específicas sobre o andamento da ação.</p> <p>Assim, os usuários poderão compreender de forma rápida e clara o significado das movimentações e documentos disponíveis na página de Consulta Pública do PJe do TJMG, sem a necessidade de conhecimentos especializados. Isso simplifica o acesso à justiça e contribui para uma maior inclusão e participação dos cidadãos no sistema judiciário.</p> <p>Por fim, a SALISE é capaz de responder a qualquer outra dúvida através do campo livre disponível na página do sistema.</p>	Berto	Baixo	7di	<p>IV - produção de textos de apoio para facilitar a confecção de atos judiciais, desde que a supervisão e a versão final do documento sejam realizadas pelo magistrado, bem como as decisões, aferia das preliminares e questões de mérito.</p>
TJMG	SOFIJA - Sistema de Orientação, Facilitação de Informações Judiciais e Acessibilidade	<p>SOFIJA é um sistema desenvolvido para proporcionar orientação e facilitar o acesso às informações contidas em documentos judiciais, tais como decisões, despachos e sentenças.</p> <p>O PJe apresenta documentos que as partes envolvidas no processo judicial possam escanear o código utilizando um aplicativo responsável em seus smartphones. A ideia é que a parte, quando tiver acesso a o documento, por exemplo quando o é intitulado por um oficial de justiça, possam receber, diretamente em seus dispositivos móveis, informações e explicações sobre o conteúdo do documento de forma clara e em linguagem simples.</p> <p>Assim que o QR Code é acionado, o sistema automaticamente inicia a expedição do conteúdo do documento de forma simplificada para a parte. Além disso, o sistema disponibiliza sugestões de perguntas complementares com base no contexto da interação, permitindo que a parte possa aprofundar seu entendimento sobre o assunto.</p> <p>Um característico importante que elle oferece é um campo de texto livre para que as partes possam fazer qualquer pergunta adicional ou estender suas dúvidas específicas. O sistema responde a essas perguntas e fornece as informações necessárias para esclarecer qualquer outro ponto que possa surgir.</p>	Berto	Baixo	7di	
TJMA	Projeto Fiminna	<p>Trata-se de um módulo de IA destinado a identificar precedentes判例 da petição inicial.</p>	Joséina	Baixo	7di	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TIGO	Berna - Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural	A solução aplicada permite identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais, recém distribuídas, que possuam a mesma causa de pedir e rese jurídica na petição inicial. Com a identificação e clusterização dos processos em agrupamentos de similares, são realizadas diversas automações no Sistema de Processo Eletrônico com a finalidade de informar a possibilidade de ocorrência de litigância, conexão e outras questões no processo, por meio de movimentos nos autos. Trata-se de solução que busca celeridade na movimentação dos processos. São aplicadas técnicas de Processamento de Linguagem Natural, aprendizagem por similaridade, aprendizagem por transferência e construção de embedding. A solução de Inteligência Artificial é construída, chamada Berna, encontrada-se em produção no Poder Judiciário Goiano e em outros TJs. A Berna foi confeccionada em solução Docker para que outros possam utilizar a Berna nas suas próprias infraestruturas. Atualmente, temos 6 (seis) TJs que adotaram o termo de concepção técnica para utilização da Berna.	Berto	Baixo	7di	
TJDFT	Visual Law e Simplificação	Desenvolvimento do Projeto: Inteligência Artificial aplicada à comunicação processual. São dois projetos usando IA, sendo um (a) para simplificação de termos jurídicos complexos, como o de outros empregados nos textos judiciais em Linguagem simples e outro (b) para a conversão de sentenças judiciais em resumos ilustrados (fluxogramas) de forma a tornar a Linguagem jurídica de fácil compreensão aos(as) cidadão(as) que não pertencem ao meio jurídico, lançando mão de recursos visuais (Legal Design e Visual Law), palavras-chave e linguagem simples. Tais medidas visam ampliar o acesso à justiça, tornando-a mais inclusiva e compreensível a todos os seus usúarios.	Berto	Baixo	7di	
TJDFT	SAREF - Sistema de Aprendizado e Reconhecimento Facial	Sistema de Aprendizado e Reconhecimento Facial, visa agilizar a apresentação de uma população de apenados da unidade. Utilizando os algoritmos de reconhecimento facial, auxiliando e modernizando o controle de presença da unidade.	Berto	Baixo	7cv	
Maat		O sistema utiliza a inteligência artificial que torna a apresentação do apenado mais rápida e segura, além de contribuir também para a eliminação de filas e adomerações. Maat é uma solução em IA que almeja recomendar sobresemo/tese firmada no sistema Pie para processos que não pertencem ao meio jurídico, lançando mão de recursos visuais (Legal Design e Visual Law), palavras-chave e linguagem simples. Tais medidas visam ampliar o acesso à justiça, tornando-a mais inclusiva e compreensível a todos os seus usúarios.	Janaína	Baixo	7cv	
	Resultados Almejados:	1. Aumento do sobremento de processos idênticos; 2. Aumento da uniformização de decisões, caso já exista tese firmada; 3. Melhoria da qualidade dos dados entre os TJs via eficiência processual com informações relevantes sobre o litígio em questão; 3. Auxiliar o analista do setor responsável de modo a informá-lo sobre a relação de processos que são possíveis de serem sobreendados.				
		1. Aumento do sobremento de processos idênticos; 2. Aumento da uniformização de decisões, caso já exista tese firmada; 3. Melhoria da qualidade dos dados entre os TJs via eficiência processual com informações relevantes sobre o litígio em questão; 4. Maior celeridade processual como um todo, resultante do sobremento antecipado dos processos idênticos.				

tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encontra	Observações
					com base no risco	
TJDFT	Artemis	<p>Artemis é uma solução em IA desenvolvida com o objetivo de detectar demandas repetitivas e predatórias do tipo Itispérfidência.</p> <p>O Poder Judiciário tem como prioridade a solução de conflitos. Seu objetivo principal é a coletânea de disputas que não conseguem ser resolvidas de imediato, para isso faz-se uso de uma figura imparcial, o Juiz. É dele a responsabilidade de analisar o processo, ouvir as partes e emitir uma decisão final. Mesmo sendo promessa de forma imparcial, depois de tudo um rito legal comum, ouvir o magistrado, tendo ciência desse relevante fato, diversos advogados executam uma prática ilegal comum: autuar vários processos similares no mimo de que a distribuição recai para um magistrado com julgados em favor do litigante em questão. Depois de arregado o objetivo, o advogado proferirá a extinção de outros processos anteriormente autuados. Esta prática, além de ferir o bom funcionamento do Poder Judiciário, é vedado pelo Código de Processo Civil (CPC) no seu artigo 337.</p> <p>A proposta de solução é o desenvolvimento de um sistema em IA que seja capaz de detectar casos de Itispérfidência através do TJDFT, sendo seu diferencial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Capacidade de realizar detecção automática de casos de Itispérfidência;</li> <li>2. Preenchimento de todos os requisitos exigidos pelo CPC: <i>Petição, Causa de Pedir e Partes</i>;</li> <li>3. Auxiliar o analista do setor responsável com uso de uma ferramenta inteligente e robusta;</li> <li>4. Diminuir o trabalho do analista do setor responsável;</li> <li>5. Diminuir trabalho duplicado nas varas;</li> <li>6. Diminuir análise e decisão de processos nulos e ilegais desde sua autuação.</li> </ol> <p>Os resultados almejados são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diminuição de casos de Itispérfidência;</li> <li>2. Aumento da produtividade do setor responsável;</li> <li>3. Diminuição de trabalho duplicado nas varas;</li> <li>4. Diminuição da quantidade de processos acidentais a pedido do advogado;</li> <li>5. Melhoria da qualidade dos dados entregues ao CNI;</li> <li>6. Interação do Tribunal diante de práticas ilícitas e ilegais.</li> </ol> <p>As Tabelas Processuais Unificadas visam, entre outras coisas, à uniformização taxonômica e terminológica da classe e assunto que nâmbio da justiça. É importante destacar que a classe processual está relacionada ao tipo processual, ao objeto que respeita a que o processo é destinado. O assunto, por sua vez, está relacionado ao perito ou concerto, assunto a que se designa a licença com o processo. Desta forma, a adequada atribuição de classe</p>	Berto	Alto		
TJDFT	Toth	<p>As Tabelas Processuais Unificadas visam, entre outras coisas, à uniformização taxonômica e terminológica da classe e assunto que nâmbio da justiça. É importante destacar que a classe processual está relacionada ao tipo processual, ao objeto que respeita a que o processo é destinado. O assunto, por sua vez, está relacionado ao perito ou concerto, assunto a que se designa a licença com o processo. Desta forma, a adequada atribuição de classe e/ou assuntos do processo para os usuários do Pje no momento da análise da petição inicial.</p> <p>Foi concebido para alcançar os seguintes objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover agilidade no uso interno do sistema Pje e trazer celeridade ao TJDFT;</li> <li>2. Permitir que coloque em IA o cálculo do risco dos usuários do Pje, visando resultados quantitativos na busca por moradia e eficiência.</li> <li>3. Ajudar ao CNI no desenvolvimento de microserviços e conversão entre sistemas via mensageria. Desse modo, o Toth e o Pje mantêm-se independentes entre si.</li> <li>4. Sanear os dados processuais no seu nascedouro impede eventuais reclassificações, que podem levar a retrabalho nas varas.</li> <li>5. Aperfeiçoar o medidor processual do Tribunal que será enviado ao Datajust.</li> </ol> <p>O Toth é uma solução capaz de promover, ao mesmo tempo, comodidade ao usuário Pje, assertividade na classificação de moradias, e melhoria na acurácia dos dados enviados ao Datajust. Todos esses fatores corroboram os valores institucionais do TJDFT, que preza sempre em inovar, buscando cada vez mais ser um modelo de excelência na prestação jurisdicional.</p> <p>Armon é um sistema de reconhecimento facial utilizado nas portarias do TJDFT para confirmar a identificação do visitante por meio da comparação da sua identificação biométrica com a base de imagens do sistema previamente armazenadas.</p>	Berto	Baixo	7di	
TJDFT	Armon	<p>O Toth é uma solução capaz de promover, ao mesmo tempo, comodidade ao usuário Pje, assertividade na classificação de moradias, e melhoria na acurácia dos dados enviados ao Datajust. Todos esses fatores corroboram os valores institucionais do TJDFT, que preza sempre em inovar, buscando cada vez mais ser um modelo de excelência na prestação jurisdicional.</p> <p>Armon é um sistema de reconhecimento facial utilizado nas portarias do TJDFT para confirmar a identificação do visitante por meio da comparação da sua identificação biométrica com a base de imagens do sistema previamente armazenadas.</p>	Berto	Baixo	7cv	
TJCE	Implantação do sistema BFINA	<p>Integração do Programa de Busca Eletrônica em Registros Usando Linguagem Natural (Berna), desenvolvido pelo TJ GO para os sistemas judiciais do TJCE.</p> <p>O Berna é um programa de inteligência artificial que identifica e une, automaticamente, volumes significativos de demais processos judiciais em ramificação que possuem o mesmo fato e esse jurídica na petição inicial.</p>	Berto	Baixo	7di	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TICE	Previsão de risco de revitimização em violência doméstica	Construção de uma ferramenta de previsão de risco de revitimização em violência doméstica contra a mulher, tendo como base as perguntas e respostas do formulário nacional de avaliação de risco as informações históricas dos processos judiciais.	Janaína	Risco Excessivo	7di	OBS: Nesse caso em tela sera sobre a possibilidade de revitimização, motivo que sia positiva a aplicação desse dispositivo mesmo que não seja requerido de forma legal. II - outras alternativas: risco da personalidade, características ou comportamentos de pessoas naturais ou de grupos de pessoas naturais, para o fim de avaliar o cometimento de crime, ou a probabilidade de reiteração desse.
TICE	Classificador de Assuntos	O projeto tem por objetivo classificar assuntos de maneira automática, a fim de validar um assunto cadastrado por um usuário dentro do processo judicial. O público a谁 desse projeto são os usuários de sistemas processuais (como PJ). Com esse projeto, espera-se uma maior precisão na atribuição de um assunto para cada processo, evitando possíveis atribuições erradas.	Janaína	Baixo Risco	7di	IV - produção de textos de apoio para facilitar a tomada de decisão, quando se tratar de sistemas que realizam a seleção de documentos, com a finalidade de classificação e agrupamento de dados e de processos, de modo a facilitar a tomada de decisões de usuários, devido ao grande volume de documentos, entre outras finalidades do gesto processual e operacional.
TICE	Extrator de Elementos	Foi desenvolvida uma API Rest que utiliza um modelo treinado a partir do BEIR/imbau Base para dado um Acórdão (em determinado formato), retornar o elemento.	Janaína	Baixo Risco	7di	IV - produção de textos de apoio para facilitar a tomada de decisão, quando se tratar de sistemas que realizam a seleção de documentos, com a finalidade de classificação e agrupamento de dados e de processos, de modo a facilitar a tomada de decisões de usuários, devido ao grande volume de documentos, entre outras finalidades do gesto processual e operacional.
TICE	IA - Precedentes	Aplicação baseada em IA que possa sugerir aos magistrados os possíveis temas de precedentes relacionados aos processos em apreciação	Janaína	Risco alto	7di	IV - formulário de risco que indica se o resultado da aplicação da norma judicial ou procedimento é um conjunto determinado de dados concretos, inclusive para a identificação ou qualificação de dados supostos processuais ou que possam ser considerados relevantes para a tomada de decisão.
TICE	Classificador de Petições Iniciais	O projeto tem por objetivo identificar dentro de um processo judicial, o documento que corresponde à petição inicial. O público a谁 corresponde a todos os integrantes do poder judiciário cearense, que precisam utilizar ferramentas tecnológicas que dependam da identificação correta da petição inicial.	Janaína	Baixo Risco	7di	IV - formulário de risco que indica se o resultado da aplicação da norma judicial ou procedimento é um conjunto determinado de dados concretos, inclusive para a identificação ou qualificação de dados supostos processuais ou que possam ser considerados relevantes para a tomada de decisão.
TICE	Classificador de Documentos Jurídicos	O projeto tem como objetivo auxiliar na validação do tipo de documento em um processo judicial, através da classificação automática de documentos. Com isso, espera-se diminuir eventuais erros de atribuição de tipos por usuários de sistemas (como PIE).	Janaína	Baixo Risco	7di	IV - formulário de risco que indica se o resultado da aplicação da norma judicial ou procedimento é um conjunto determinado de dados concretos, inclusive para a identificação ou qualificação de dados supostos processuais ou que possam ser considerados relevantes para a tomada de decisão.
TIBA	Sofia - Assistente Virtual dos Juizados Especiais	Assistente virtual desenvolvida para responder às principais dúvidas dos jurisdicionados do Sistema dos Juizados Especiais da Bahia. Tem como principal objetivo a diminuição dos atendimentos feitos por e-mails ou por telefone, além de melhorar a comunicação com o jurisdicionado. Foi desenvolvida de forma simples e inovadora por servidores do TIBA Integrada ao Sinipes. Possui recursos de acessibilidade.	Janaína	Baixo Risco	7di	I - execução de atos processuais ordinários ou de bensfeitos de apoio à administração judiciária, mediante a utilização de sistemas de informática, de documentação, com finalidade de classificação e agrupamento de dados e de processos, de modo a transferência de dados processuais, do sumarização de documentos, entre outras finalidades de gestão processual e operacional.
TIBA	Sofia - Assistente Virtual dos Juizados Especiais	Assistente virtual desenvolvida para responder às principais dúvidas dos jurisdicionados do Sistema dos Juizados Especiais da Bahia. Tem como principal objetivo a diminuição dos atendimentos feitos por e-mails ou por telefone, além de melhorar a comunicação com o jurisdicionado. Foi desenvolvida de forma simples e inovadora por servidores do TIBA Integrada ao Sinipes. Possui recursos de acessibilidade.	Janaína	Baixo Risco	7di	I - execução de atos processuais ordinários ou de bensfeitos de apoio à administração judiciária, mediante a utilização de sistemas de informática, de documentação, com finalidade de classificação e agrupamento de dados e de processos, de modo a transferência de dados processuais, do sumarização de documentos, entre outras finalidades de gestão processual e operacional.

Utilizada pelo CNJ como caso de uso em curso de formação em inteligência artificial do Poder Judiciário.

Triunhal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações	
TIBA	AI PHAUS	<p><b>Resumo</b></p> <p>Alphaus representa uma inovação significativa na maneira como os processos são julgados, fornecendo uma solução automatizada e otimizada para tomada de decisões judiciais. Utilizando inteligência Artificial, o sistema identifica os temas dos processos e apresenta as sentenças mais recorrentes com base em casos similares, promovendo uma maior uniformidade nas decisões.</p> <p><b>Objetivo</b></p> <p>O objetivo do Alphaus é contribuir com a transparência e padronização do sistema judiciário. Ao disponibilizar uma ferramenta que possibilita aos magistrados tomar decisões de forma mais eficiente, com base nos julgados existentes, busca-se a modernização da justiça, tornando-a mais ágil e confiável.</p> <p><b>Justificativa</b></p> <p>A implementação do Alphaus surge como uma resposta indispensável para melhorar a eficiência e consistência das decisões judiciais. Diante do crescente volume e complexidade dos casos judiciais, torna-se essencial dispor de ferramentas que auxiliem na tomada de decisões preservando a segurança jurídica, aumentando a transparência do sistema judiciário e reforçando a confiança do público na justiça.</p> <p><b>Desafios</b></p> <p>Volume de Processos: O grande volume de processos judiciais sempre representou um desafio significativo para o sistema de justiça, sobrecarregando os magistrados e resultando em longos períodos de espera para as partes envolvidas.</p> <p>Uniformidade das Decisões: A busca por uma maior uniformidade nas decisões judiciais é um desafio contínuo. Inconsistências podem resultar em decisões contraditórias e prejudicar a prestação jurisdicional.</p> <p>Impacto da Pandemia: A pandemia de COVID-19 exacerbou esses desafios, impondo a necessidade de se trabalhar de forma remota e digital, ao mesmo tempo que a demanda por serviços judiciais aumentou.</p> <p><b>Desenvolvimento</b></p> <p>Primeiros Passos: Robôs Auxiliares: O desenvolvimento inicial focou na criação de robôs de RPA para lidar com tarefas rotineiras simples, proporcionando maior eficiência operacional.</p> <p>FABBOT: Padronizando a Automatização: Ao perceber a necessidade de uma abordagem uniforme, desenvolvemos o framework FABBOT. Esta "fábrica de robôs" permite a criação de mais de 50 robôs, oferecendo uma variedade de soluções para tarefas complexas.</p> <p>AIUS: Abordando a Inteligência Artificial: Em busca de melhores soluções para auxiliar os magistrados, introduzimos o AIUS.</p> <p>Um projeto que integra Inteligência Artificial para melhorar a gestão e trâmite de processos.</p> <p>Alphaus: Visão Ampliada e Inovação: O aprendizado obtido com o AIUS levou ao desenvolvimento do Alphaus. A combinação de treinamento de processos pré e pós-julgamento permite que magistrados vejam um panorama mais completo, identificando processos similares através da temática judicial.</p> <p>Homologação e Ajustes: O setor de saneamento foi responsável pela homologação dos resultados da busca.</p> <p><b>Equipe Multidisciplinar:</b> Formamos uma equipe de magistrados, assessores, especialistas em TI para identificar os principais temas recorrentes na competência de defesa do consumidor. No total, 60 temas, como negociação, indústria, extrato de bagagem, avarouting, e outros foram identificados.</p> <p><b>Desafio e Inovação:</b> Diante da tarefa desafiadora de abrigar cada processo para encontrar exemplos de cada tema, uma ideia inovadora surgiu. Utilizamos palavras-chave para cada tema e sua combinação dessas palavras, com operadores lógicos (AND, OR, NOT), para extrair os processos e alimentar a precisão da busca.</p> <p><b>Ajustamentos:</b> As palavras-chave que identificaram um grupo de características apropriadas para cada etapa.</p> <p><b>Cráeção do dataset:</b> Com os processos localizados a partir da aplicação das palavras-chave, criamos um conjunto de dados para o treinamento de nossa inteligência artificial.</p> <p><b>Entrevistador Robô:</b> Desenvolvemos um robô que lê os processos, consulta a IA a partir da petição inicial extraída e rotula os processos no sistema judicial.</p> <p><b>Projeto Piloto:</b> Selecionamos três instâncias judiciais para iniciar a rotulagem dos processos e colher feedback dos usuários. Eles contribuiriam com novas</p>	Janaína	Baixo Risco			

II - Detecção de pedidos desavisados ou de decisões de processos desavisadas, ou seja, que não constam no sistema de inteligência artificial, desde que não haja substituição de avaliação humana sobre processos e que seja destinado para uso interno do tribunal e de informar/diagnosticar da jurisdição

Tríbunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
TIBA	Ovôssi	O projeto Ovôssi é um projeto estratégico que implementa o sistema Athos do CNI no TIBA. Ele permite que usuários realizem pesquisas por palavras-chave e termos e encontrem processos relacionados. Também está sendo implementada a busca por similaridade, em que são pesquisados processos similares a partir de um documento que é enviado ou que já existe na plataforma. O projeto foi demandado pela 2ª Vice-Presidência, com apoio do presidente do tribunal e objetiva facilitar a busca por temas repetitivos, precedentes, entre outros achados, que possam auxiliar servidores e magistrados na tomada de decisão e sentença em processos.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TIBA	Robô Hala	A meta do projeto é permitir que sejam visualizados precedentes e sentenças/acórdãos que auxiliem os magistrados nos processos que se encontram no tribunal. Existem vários outros projetos envolvendo IA, similaridade de documentos (aproveitando implementações do siameses), entre outras tecnologias.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TIAP	TIA	Um outro projeto de exemplo é o do robô Hala. Que agiliza a minuta e a sentença de processos repetitivos, com temas específicos. O robô, além de identificar os processos relacionados a temas específicos, também utiliza a IA para procurar processos do mesmo tema na base de dados já existentes.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	Esse projeto já gerou, mais de 126 mil processos minutiados e sentenciados de forma ágil no tribunal. Diminuindo os processos acumulados no arquivo das varas da Fazenda Pública. Entre outros.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	Existem também vários projetos na área de combate a fraudes, etiquetagem de processos por tema, evolução de classe, entre outros. Muitos deles implementados pela CDE e pelo laboratório de Inovação - Labus, da SETIM. O robô tem como objetivo etiquetar e minutar processos dos seguintes tipos de documentos: 90004 - Pedido de suspensão pelo artigo 40: 90003 - Pedido de suspensão por parcelamento; 90001 - Pedido de extinção por pagamento da dívida; 90009 - Pedido de extinção por cancelamento da dívida.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	E estão sendo implementados outros tipos.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	O público-alvo são as Varas da Fazenda Pública e tem como resultados almejados a agilidade na sentença de processos com estes tipos de documento, mas varas da Fazenda Pública.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	O robô permite fazer tarefas que levariam semanas, em poucos segundos.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	E já tem minutiado, com sentença profunda, posteriormente pelo magistrado, mais de 160 mil processos em todo o estadao.	Janaína	Baixo Risco	7di	
TJAM	Abacáí	O objetivo da ferramenta é de identificar todas as situações em que houvesse demandas repetitivas, podendo ser atuadas de imediato. Não seria mais necessário que um servidor verificasse a um a um dos processos que apresentassem essas características. São logo o obrogado inserir a petição inicial no sistema Tucujurá, o robô identificar a existência na base de dados de demanda repetitiva semelhante, fazendo classificação do processo.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	Abacáí é um modelo de inteligência artificial que atua buscando a similaridade entre processos judiciais. Pode ser usado para auxiliar na tomada de decisões, na identificação de padrões e na redução de custos. É um exemplo de aplicação de processamento de linguagem natural, uma área da inteligência artificial que estático como os computadores podem entender e gerir linguagem humana.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	Objetivo: O objetivo do modelo "Abacáí" é atuar como uma ferramenta auxiliar na identificação de demandas, objetivos e repetitivas, oferecendo uma bordagem inovadora para otimizar o processo de trâmite judicial. Ao analisar a estrutura e o conteúdo das petições, o sistema utiliza algoritmos avançados de aprendizado de máquina recorrentes. Ao identificar casos semelhantes que surgem repetidamente, o "Abacáí" permite uma alocação mais eficiente de recursos, evitando a sobrecarga de processos com litígios que já foram previamente abordados.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	Projeto: Athos: Servidores do Judiciário.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	Resultados Esperados: A implementação bem-sucedida do modelo de inteligência Artificial "ABACÁI" promete desencadear uma série de resultados positivos e transformadores, no âmbito da corte de justiça, tais como: redução de litígios predatórios e repetitivos, economia de recursos judiciais e melhoria contínua com aprendizado contínuo.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	A plataforma Athos utiliza um modelo de inteligência artificial treinado para permitir a análise da similaridade entre documentos, possibilitando o agravamento semântico, pesquisando e monitorando de processos. O modelo disponível atualmente foi treinado em 328.732 acórdãos indexados pela Secretaria da Jurisprudência (SJR) do STJ entre 2015 e 2017.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Athos	Em produção desde agosto/2018 e integrada ao sistema Justiça Web, a plataforma é amplamente utilizada por diversas áreas do tribunal, em especial pelos gabinetes dos ministros, SJD, SIR, NUGEPNAC e SRF. Em novembro de 2023, já conta com mais de 18 milhões de documentos vetorizados.	Janaína	Baixo Risco	7di	

Tribunal	Nome do Projeto	Descrição do Projeto	Responsável por classificar	Classificação	Dispositivo(s) em que se encaixa	Observações
STJ	Sugestão do movimento processual	O objetivo deste projeto é desenvolver um modelo de inteligência artificial capaz de sugerir, a partir do contexto de uma decisão judicial, o movimento processual adequado que deve ser acompanhado.	Janaína	Baixo Risco	7di	I - execução de atos processuais ordinários ou de extensão de apoio à administração judiciária, mediante a extração de informações de sistemas e de documentos, com a finalidade de classificação e encaminhamento de decisões e de outras finalidades processuais, e II - fornecimento aos magistrados de subsídios para a tomada de decisão mediante relatório gerencial e integração de fontes de informação relevantes, e a elaboração de pareceres, recomendações, desígnios e substituição da avaliação humana a devida moral e sobrepor ao julgamento de questões de direito, sobre provas ou sobre peças e comissões de provas;
STJ	Plataforma para Análise Prévia de Admissibilidade	A motivação para o projeto surgiu em reuniões da comissão de pesquisas judiciais, onde foram identificadas inúmeras situações em que os movimentos processuais eram incorretamente vinculados às decisões, comprometendo o cumprimento das metas do Poder Judiciário estabelecidas pelo CNJ.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Atos Tribunais	O projeto tem como objetivo desenvolver um produto que auxilie os tribunais na análise de decisões de admissibilidade. Através de uma interface intuitiva, os usuários poderão inserir o texto do acórdão recorrido ou petição de Resp., que será encaminhado ao sistema para análise detinida.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Admissibilidade	Utilizando o motor de busca da plataforma Atos, o sistema será capaz de identificar e sugerir precedentes e antecedentes similares já julgados em outros casos. Essa funcionalidade permitirá aos tribunais da origem acesso a informações relevantes e fundamentalmente, contribuindo para uma tomada de decisão mais precisa e imparcial.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Admissibilidade	Além disso, a ferramenta possibilitará uma economia de tempo e recursos, uma vez que os operadores do direito não precisarão buscar manualmente por decisões análogas. A proposta é otimizar o processo decisório e fornecer subsídios para que o tribunal possa analisar o caso com maior profundidade antes de encaminhá-lo ao Superior Tribunal de Justiça.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Atos Tribunais	Em suma, a implementação deste projeto tem o potencial de otimizar a maneira como os tribunais lidam com decisões de admissibilidade, tornando o processo mais eficiente, assertivo e alinhado com os avanços tecnológicos no campo jurídico.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Admissibilidade Cotejada com Áudio de IA	O objetivo do projeto é promover o mapeamento das controvérsias submetidas ou com potencial de submissão ao STJ e o monitoramento da atuação jurídica das partes envolvidas, com ênfase nos grandes demandantes. O propósito é executar estratégias direcionadas à prevenção de litígios, ao gerenciamento de precedentes qualificados e de ações coletivas, além de incentivar a resolução consensual das disputas.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Admissibilidade Cotejada com Áudio de IA	Para identificar as ações com potencial de submissão ao STJ, o mapeamento levará em consideração as informações dos processos em tramitação nos Tribunais Regionais Federais (TRFs) e nos Tribunais de Justiça (TJs), de forma a servir como base para a elaboração de ações estratégicas elaboradas ao controle da demanda de processos recusados recebidos pelo STJ, bem como para identificar controvérsias relevantes ou de elevada ocorrência.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Admissibilidade Cotejada com Áudio de IA	Além de identificar tais controvérsias, o projeto visa propor a aferição de temas específicos para que o STJ possa formar tese antes da remessa da ARTIGO, através da listagem de informações dos processos que o STJ possa formar reduzir a carga de trabalho do Tribunal, garantindo uma abordagem mais eficiente e eficaz, na resolução de litígios específicos, bem como automatizar os fundamentos de inadmissibilidade apresentados pelo tribunal de origem. Em seguida, o projeto tem como objetivo prestar os fundamentos de inadmissibilidade apresentados pelo tribunal de origem, de inteligência artificial. O objetivo é reduzir o tempo gasto na documentação e análise da admissibilidade complexa, realizada pela Presidência nos ARTIGOS, através da listagem.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Classificação de originaários	Atualmente, cerca de 60 servidores da ARTIGO catalogam os fundamentos de inadmissibilidade, preenchendo um questionário no sistema do STJ (Sistema Judiciário), denominado Q2. Este procedimento envolve a leitura da decisão agravada e a documentação de todos os óbices de inadmissibilidade apresentados pelo tribunal de origem. Em seguida, os servidores examinam a petição do agravio para identificar o relatamento específico de cada um dos óbices de inadmissibilidade identificados.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Classificação de originaários	Para atingir os objetivos propostos, a Admissibilidade Cotejada com Áudio de IA pretende utilizar técnicas avançadas, como extração de entidades e classificação de documentos. Estas técnicas são fundamentalmente em tecnologias atuais, especialmente nos mecanismos de atenção, transformadores e modelos de linguagem.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Classificação de originaários	O projeto tem como objetivo oferecer suporte à Secretaria Judiciária do STJ na segmentação e classificação das peças processuais que chegam ao Tribunal em processos originais. Atualmente, os processos são catalogados pelos próprios advogados, durante a ação, o que muitas vezes resulta em descrições desorganizadas e modelares de imprensa. A responsabilidade pela correção dessas informações recai sobre os servidores e colaboradores da Secretaria Judiciária.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Classificação de originaários	Entretanto, devido ao grande volume de peças processuais, nem todas são catalogadas adequadamente, gerando dificuldades para as unidades que precisam analisar os processos posteriormente e, em alguns casos, impossibilitando o uso destes documentos em algoritmos que dependem de tipificações precisas.	Janaína	Baixo Risco	7di	
STJ	Classificação de originaários	A proposta do projeto é empregar técnicas de visão computacional e inteligência artificial para primorar a segmentação e classificação das peças processuais. Atualmente, o sistema identifica o início e o fim de cada peça no processo, a partir do arquivo PDF anexado pelo advogado, garantindo uma segmentação correta. Em seguida, outro modelo de IA será utilizado para analisar o texto de cada peça e classificar adequadamente o tipo do documento.	Janaína	Baixo Risco	7di	I - execução de atos processuais ordinários ou de extensão de apoio à administração judiciária, mediante a extração de informações de sistemas e de documentos, com a finalidade de classificação e encaminhamento de decisões e de outras finalidades processuais, e II - fornecimento aos magistrados de subsídios para a tomada de decisão mediante relatório gerencial e integração de fontes de informação relevantes, e a elaboração de pareceres, recomendações, desígnios e substituição da avaliação humana a devida moral e sobrepor ao julgamento de questões de direito, sobre provas ou sobre peças e comissões de provas;

Nome do Projeto	Descrição do projeto	Responsável por classificar com base no risco	Classificação	Dispositivo(s) em que se encontra	Observações
STJ	Indexação legislativa				
STJ	Corpus927				
CNJ	SAREF	Janaina	Baixo Risco	Baixo Risco	<p>O projeto visa extrair referências legislativas ou informações de interesse em um documento jurídico. Ele é utilizado por várias unidades dentro do Tribunal, obtendo o escopo de atuação de cada área. Utiliza técnicas de aprendizado supervisionado, com rotulação dos exemplos pelas áreas demandantes.</p> <p>Disponível no endereço <a href="https://corpus927.enfimjus.br/">https://corpus927.enfimjus.br/</a>, o projeto Corpus927 foi desenvolvido pela Enfim em parceria com o Superior Tribunal de Justiça. O objetivo é consolidar em um só local as decisões vinculantes do STJ, a jurisprudência do STJ. O sistema reune informações sobre o controle de constitucionalidade, sumulas vinculantes e repercussão geral do STF. Do STJ, buscamos dados sobre recursos repetitivos, sumulas, jurisprudências em tese e a própria pesquisa de jurisprudências.</p> <p>O sistema compara o teor de todas as decisões que referenciam um determinado critério, formando grupos de similaridade e similaridade mínima entre os textos (de 80%). Dentro dos grupos de similaridade encontrados, o critério mais similar em relação aos demais é identificado e exibido como parâmetro.</p> <p>A ferramenta é mantida pela Assessoria de Inteligência Artificial do STJ, em parceria com a Secretaria de Jurisprudência, que atua como unidade gestora da solução.</p> <p>O SAREF é um sistema que possibilita a constituição das apresentações obrigatórias dos sentenciados, o sentenciado da VFRPA/DF - VFRMA/DF, mesmo em tempos de pandemia. A intenção foi evitá-la aglomeração dos apenados e a disseminação do coronavírus, tanto nas instalações do Fórum Mirante, quanto em suas medições. O SAREF propicia a apresentação remota do apenado a partir do telefone e celular com acesso à Internet, por meio de reconhecimento facial. Além da comunicação do SAREF com o SUEL para recuperação de informações dos sentenciados, há um procedimento de coleta de dados biométricos dos presenados para permitir a segurança e a comodidade no processo. Nesse sentido, a prevenção de fraudes também é observada pelo sistema, onde as presenças são realizadas por homologação, pela comprovação de que o apenado recebe seu certificado de comparecimento e a sua presença é confirmada no sistema de execução. O SAREF contribui para a celeiridade nas apresentações dos presenados, que cumpriram pena em regime aberto e medidas alternativas. O sistema permite que o procedimento de apresentação seja realizado de forma prática e eficiente, necessitando apenas de uma conexão à internet, câmera e GPS no telefone celular. A forma remota de apresentação traz comodidade, economia de tempo e dinheiro. Em novembro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça convocou o TJDF a contribuir com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDP), fim de que o projeto SAREF fosse disponibilizado a nível nacional.</p> <p>Plataforma de busca, de indexação, de correlacionamento e de aprendizado de modelos preditivos em bases de jurisprudência da justiça federal.</p>
CJF	e-CJFURIS	Janaina	Risco Alto	7di	
CJF		Baixo Risco	7di		<p>I – execução de todos processuais ordinários ou de exceção de ação ou administração judicial, mediante a extração de informações de sistemas e de documentos, com a finalidade de constituição e encaminhamento de pedidos de certificação e transcrição de autos processuais, de sumarização de documentos, entre outras finalidades de gerência processual e operacional</p> <p>II – identificação de hipóteses decisórias ou desvios de conduta decisória, observando o caráter compreensivo e sistemático da identificação, com a finalidade de substituição de evidências humanas sobre processos e que seja destinado para uso interno do Tribunal e de uniformização da jurisprudência</p>

**idp**

lia.idp

Laboratório de governança e regulação  
de Inteligência Artificial